

8º ENCONTRO

NOVO RUMO PARA O PT

PÁGINAS 9 A 12

JOÃO PEDRO STÉDILE:

O PT SE ELITIZOU

PÁGINA 6

RENATO SIMÕES:

**O PT TEM
SOLUÇÃO**

PÁGINA 7

PARIZOTTI

PUBLICAÇÃO
DE CARÁTER
INTERNO AO PT,
DISTRIBUÍDA ÚNICA
E EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

EM TEMPO!

Nº 265
MARÇO 1993
Cr\$ 20.000,00

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

EM TEMPO

15 ANOS

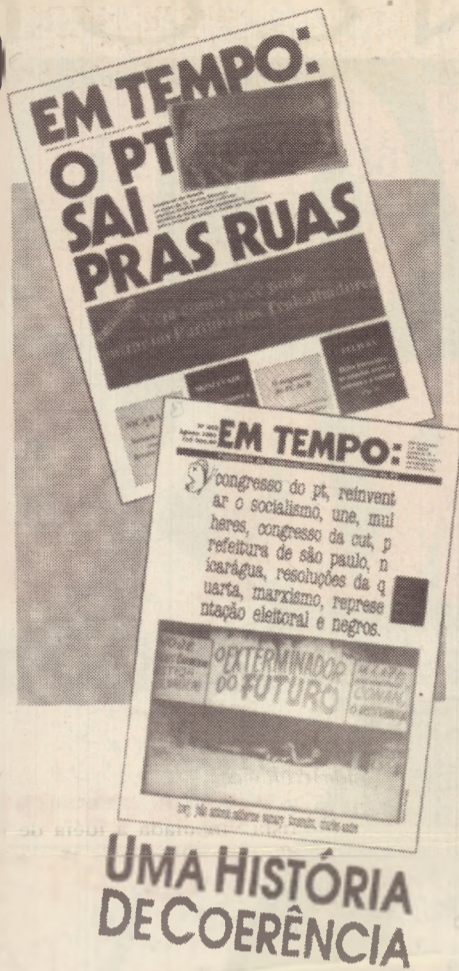
Em novembro de 1977 surgiu o **Em Tempo**. No Brasil da ditadura, propunha-se a imprimir à luta democrática um novo conteúdo, a partir da organização independente da classe trabalhadora. Por isso, saudou entusiasticamente o surgimento do Partido dos Trabalhadores e mais tarde a fundação da CUT.

Com suas páginas construídas por muitas mãos, muitas modificações ocorreram desde a frente jornalística que o lançou. Aprendendo e contribuindo com o PT, **Em Tempo** transformou-se numa publicação interna, voltada ao debate partidário.

Uma trajetória nem sempre fácil, muitas vezes polêmica e teimosa, e, acima de tudo, podendo reconhecer-se como uma história de coerência.

Por isso convidamos você a comemorar também este aniversário. É claro, tendo o **Em Tempo**, a cada edição, em sua casa.

Com a sua assinatura, você recebe um poster-calendário!



UMA HISTÓRIA DE COERÊNCIA

ASSINATURA ANUAL (10 edições)

Cr\$ 200.000,00

Nome:.....
Endereço:.....
Cidade:.....
Telefone:.....
CEP:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a
Carlos Henrique Árabe:
Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo-SP
CEP: 01151-000

COMO ASSINAR A IMPRENSA DO PT:

BRASIL AGORA:
(011) 220-7198 E 222-6318
BOLETIM NACIONAL: (011) 223-7999
TEORIA & DEBATE: (011) 220-2103

Perdemos Kalau

Os moradores do Lado Leste de Belo Horizonte, os cutistas, os apreciadores do teatro de rua e os amigos perderam no dia 13 de fevereiro de 1993 um grande companheiro: Antônio Cláudio Mourão, o Kalau, militante da DS - Democracia Socialista, tendência do PT - ator do grupo de teatro Olho da Rua, que tantas vezes animou as lutas sindicais, bancárias e partidárias do PT e da CUT.

Kalau, 33 anos, era pai de Pedro Palmer Marçal Mourão, de um ano e meio, com sua companheira Margareth Marçal. Seu berço de militância foi o 1º Encontro Popular de Cultura do Lado Leste realizado no inverno de 1983, de que foi um dos pioneiros na organização. Atuou como ator no ex-grupo de teatro popular Tablado do Vera Cruz, de 83 a 87, deixando sua marca de alegria e consciência na região.

Foi militante fundador do núcleo do PT no Vera Cruz, que a partir daí integrou. Mais tarde ingressou na tendência Democracia Socialista, onde deixou lições de vida e de militância obstinada pela causa revolucionária: "É pela esquerda que se anda, com luta, animação e alegria."

E assim quando brincávamos na dispersão da Banda Mole, num salto rápido de alegria do carnaval a surpresa amarga da vida: a morte chegou de maneira estúpida, Kalau foi atropelado, sofreu traumatismo craniano e não resistiu no Hospital do Pronto Socorro.

Convicto, Kalau sempre acreditou na "revolução permanente" contruindo o movimento de massa como forma de transformação da sociedade. O seu método era trabalhar o movimento cultural como ponto estratégico para atingir e educar a consciência de classe dos trabalhadores. Dentro desta concepção, negava qualquer tipo de conciliação com a classe dominante. Kakau sempre acreditou que o PT será o partido que irá "derrubar a ordem imposta".

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

José Corrêa, Caco Bisol, Fernanda Estima e Fabiano Ciambra
Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda. São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20031. Vitória: Praça Quintino Bocaiuva, 16 Sala 707 CEP 29000 Fone: 2230921

Índice

3 Conjuntura: O presidencialismo e o plebiscito

Joaquim Soriano

4 Conjuntura: O PT e o governo Itamar

Joaquim Soriano

5 Itamar: Eliseu, volta ao passado

Juarez Guimarães

6 EN: Os desafios do PT

João Pedro Stédeli

7 O PT ainda tem jeito

Renato Simões

9 EN: momento de decisão

José Corrêa

10 O PT e a luta pelo governo

José Corrêa

12 Construção democrática e socialista

Carlos Henrique

13 Socialismo: Sobre o trabalho e o desemprego

Tom Bottomore

14 Direitos: Eleição de juizes?

Paulo Torelli

16 Prefeituras: Orçamento e participação popular

Waldir Bohn Gass

17 Maceió na ótica dos trabalhadores

Heloisa Helena

18 Mulheres: sexualidade e constução de gênero

Nalu Faria

20 Ainda há tempo

Raul Pont

O presidencialismo e o plebiscito

JOAQUIM SORIANO

O PT não pode se imiscuir na dinâmica liberal e mesquinha do debate sobre presidencialismo e parlamentarismo para disputar a hegemonia na sociedade. Nosso partido não levou esta discussão a fundo e num prazo que permitisse aparecer unificado para essa disputa. É a primeira vez que frente a uma questão nacional de certa relevância o PT não tem posição. Não tem condições de polarizar, de colocar a sua marca. O PT só terá uma posição final depois do plebiscito interno de 14 de março. Mas dessa vez vale o ditado: antes tarde do que nunca.

Os debates realizados dentro do partido devem ultrapassar a aparente polêmica e chegar mais perto de questões substantivas que possam clarificar as posições e construir uma plataforma de luta por reformas democráticas, como assinala a matéria de Raul Pont na página 20.

Uma posição no tempo.

O debate no PT não deve reivindicar tradições socialistas e democráticas nem modelos existentes em outros países, como querem algumas das repugnantes propagandas na TV. Para os petistas a definição a ser tomada deve estar em primeiro lugar submetida à história recente das lutas populares e democráticas e aos embates que temos pela frente. Só assim poderemos analisar o significado do plebiscito sobre sistema de governo a ser realizado em 21 abril e da revisão constitucional do segundo semestre deste ano, revisão que será feita por este Congresso Nacional de maioria conservadora e que recentemente, depois de votado o impeachment, elegeu o malufista Inocêncio Oliveira, do PFL, como presidente da Câmara dos Deputados.

Há uma maioria de 270 membros do Congresso Nacional que apoia o parlamentarismo. Nada indica que esta maioria produza propostas democráticas. Será necessário muita luta e articulação política para evitar retrocessos. Como, por exemplo, impedir que a representação legislativa seja ainda mais distorcida, não respeitando o princípio da proporcionalidade, com a adoção do voto distrital.

A eleição direta para presidente é hoje a eleição mais democrática que existe no Brasil. A cada um, um voto. Além disso, a luta por eleição direta para presidente da república foi a maior luta democrática já desencadeada no Brasil. Ela concentrou a luta contra a ditadura militar. A partir da conquista da eleição direta para os cargos executivos, estes foram sempre instrumentos privilegiados de politização da sociedade. É na eleição para o executivo que se apresentam projetos políticos globais para o país. Toda a experiência dos últimos anos demonstra isso com clareza: as Diretas Já em 1984, a disputa presidencial em 1989, o impeachment em 1992.

Muitos elementos nos faz acreditar que em 1994 teremos novamente a possibilidade de disputar na sociedade os rumos para o país. A crise nacional não se resolveu nem com a audácia e as maracutaias de Collor e muito menos se resolverá com Itamar. Os projetos para o país, o Estado e a sociedade estão em disputa e as eleições presidenciais serão novamente um vetor que consubstanciará estes projetos. A próxima campanha presidencial poderá se tornar num verdadeiro movimento social por mudanças, poderá alterar a relação de forças sociais e, a partir da legitimidade adquirida, levar adiante as reformas radicais que defendemos para o Brasil.

Uma parte das elites brasileiras aprenderam com 1989 e querem construir um anteparo que amortize a legitimidade da eleição direta do presidente da república. Por isso defendem o parlamentarismo, uma câmara para acordos, para pequenas reformas, para excluir a vontade das grandes majorias que poderão se expressar numa candidatura e num programa.

O debate no PT

A maior força que a proposta presidencialista tem dentro do PT é a memória da campanha de 1989 e a possibilidade de repetir algo daquela envergadura em 1994, vencendo as eleições presidenciais. O desejo da militância é lutar para fazer Lula presidente, uma idéia simples como essa pode dividir águas dentro do PT.

Entre os parlamentaristas do PT predomina uma visão liberal. Em muitos debates eles defendem a proposta da Frente Parlamentarista Ulisses Guimarães, não buscando nenhuma diferenciação com relação aos demais partidos. Pode-se dizer que os setores mais moderados assumiram a liderança da campanha parlamentarista, dando-lhe um caráter de defesa da estabilidade das instituições. Fazem inclusive uma relação entre defesa do parlamentarismo e defesa de alianças partidárias amplas. Esses setores aprofundam uma visão tradicional da política, chocando-se com uma valiosa tradição petista vinculada à idéia de independência e autonomia, tão cara ao movimento operário e popular que deu origem ao PT.

Na defesa do presidencialismo democrático aglutinaram-se diferentes setores, menos pela defesa de um sistema de governo em tese e mais por um posicionamento político para este plebiscito, para este período. Como encerra o "Manifesto dos Presidencialistas do PT-SP": "Finalmente, não é um sistema de governo em abstrato que impede a democratização real do Estado no Brasil. Em tese, a ampliação do controle da sociedade sobre o Estado, a criação de mecanismos de participação popular direta, a democratização dos meios de comunicação de massa e a desprivatização do Estado são medidas que podem ser adotadas em um ou outro sistema de governo. O que nunca houve foi vontade política das elites para fazê-las. Com o presidencialismo talvez possamos começar em 1994." □



Quatro razões para não votar parlamentarismo

(do Manifesto dos Presidencialistas do PT-SP)

1. **No parlamentarismo, a eleição para o governo do país é indireta.** Mesmo que a eleição do presidente seja direta, o que não é garantido, no parlamentarismo quem governa é o gabinete escolhido pelo Congresso. O presidente é apenas decorativo.

2. **Ninguém sabe que tipo de parlamentarismo será votado no plebiscito.** Apesar dos parlamentaristas argumentarem que seu sistema de governo favorece as reformas democráticas e o fortalecimento dos partidos, o parlamentarismo pode ser aprovado com o atual sistema eleitoral e partidário. Que pode ser inclusive piorado, com a introdução do voto distrital, por exemplo.

3. **As eleições parlamentares são clientelistas e fisiológicas.** É conhecida no Brasil a tradição eleitoral da maioria dos nossos parlamentares: troca de favores, currais eleitorais, compra de votos. Seria correto entregar a 503 deputados eleitos por esses métodos a tarefa de eleger o governo do país?

4. **O parlamentarismo é um golpe preventivo contra a chegada de Lula ao governo em 1994.** As elites sabem que no parlamentarismo dificilmente a esquerda poderia se propor como alternativa de governo. As elites brasileiras ficaram assustadas com a eleição de 1989. Querem acabar com as eleições diretas para presidente para não correr novamente o risco.

O PT e o Governo Itamar

JOAQUIM SORIANO

A reunião do Diretório Nacional do PT, de 6 e 7 de fevereiro, tratou dois temas que se imbricam e que são da maior importância para o partido. O primeiro foi um posicionamento sobre a ida de Luiza Erundina para o governo Itamar à luz das definições anteriormente assumidas pelo partido. Esta discussão ocupou todo o dia de sábado. No domingo o tema foi a rediscussão a relação do PT com o governo Itamar.

Erundina e Itamar

A ida de Erundina para assumir a Secretaria da Administração Federal repercutiu muito na militância e na imprensa. Por proposta de Lula, a Executiva Nacional abriu este ponto de pauta, o tempo todo, para a imprensa. Jornalistas, militantes do PT e curiosos puderam acompanhar toda a discussão e a votação, através de um telão instalado numa sala ao lado da reunião. Erundina compareceu para se defender. Foi a primeira a falar e mais que uma defesa, leu uma espécie de discurso de posse no ministério - com direito a planos e metas, pedindo apoio do partido. Depois foi Lula. Seguiram-se mais de 40 oradores.

Durante as discussões, consolidou-se uma posição majoritária extremamente crítica tanto à opção quanto ao método de Erundina quando aceitou ir para o governo. De um lado, havia a desobediência explícita à resolução do Diretório Nacional de outubro de 1992, que já afirmava que o PT é oposição ao governo federal e que dele não participaria. De outro, havia uma decisão solitária e apressada, tomada sem consultar nem discutir com a direção do partido.

Foram votadas quatro propostas: a) advertência branda (5 votos), b) suspensão por um ano (32 votos), c) suspensão por dois anos (6 votos) e d) prazo de 30 dias para escolher entre o PT ou o governo e caso permanesse no governo a Executiva Nacional a desligaria do partido (24 votos). No segundo turno, entre as duas mais votadas, a proposta de suspensão por um ano venceu a proposta de desligamento. Foram 40 votos contra 25.

A ida de Erundina para o governo Itamar é a principal ruptura que o PT já sofreu em sua história. Depois do *impeachment* de Collor, às vésperas da disputa presidencial, estando Lula em todas as pesquisas de opinião como favorito, Erundina rompe com o PT e escolhe um outro projeto político.

A suspensão por um ano é uma punição suave. Formalmente pode até ser interpretada como uma "licença" do PT para ela participar do governo. Mas está sendo lida pela sociedade, pela militância e pela própria Erundina de outra forma, como uma separação de ca-

minhos. Essa discussão voltará no próximo Encontro Nacional e temos certeza que o conjunto do partido reafirmará um projeto independente das elites dominantes, democrático e popular. Erundina, arrogantemente desafiadora, só comprou o bilhete de ida. Se tiver volta será em condições bastante distintas.

O PT e o governo Itamar

No domingo, com o ambiente mais tranquilo, já que a imprensa havia consumido o prato principal, o Diretório debateu longamente a situação do governo Itamar. Muito pouca novidade em uma novela que se arrasta desde antes da votação do impeachment.

A Executiva Nacional votou inicialmente uma posição de "oposição, mas com governabilidade". Em seguida, o Diretório Nacional, em 24 de outubro de 1992, com uma votação muito dividida (25 votos contra 24) rejeitou a "governabilidade" e aprovou uma oposição mais nítida. Acentuaram-se as polêmicas no partido, já que muitos dos principais dirigentes estavam com posições mais moderadas. Chegou-se a anunciar que a maioria que aprovara esta posição fora "eventual" e que numa próxima reunião seria revertida.

O fato é que no lugar da reversão, a maioria a favor de mais oposição tendia a se consolidar. A eleição do novo líder do partido na Câmara Federal, Vladimir Palmeira, identificado com uma oposição mais firme, foi um fato importante neste sentido: a bancada federal vinha sendo um terreno muito favorável para os setores mais reformistas do partido, que a usavam como uma das suas principais bases de sustentação.

Nesta reunião alguns defenderam que o PT deveria participar do governo Itamar, que Erundina estava certa, que tem que garantir espaço para um campo de "centro-esquerda" que possa para influenciar o conjunto do governo. Às vezes esta proposta "fala" em disputar a hegemonia dentro do governo. Eduardo Jorge é um dos que a defende. A proposta só encontra sustentação com o abandono da idéia de que o PT é o principal articulador de um bloco de forças sociais, com um projeto político de caráter democrático e popular que quer ser governo para ser poder.

Outros defenderam que o PT deve ter uma postura de independência em relação ao governo Itamar. José Genoíno e Augusto de Franco argumentaram que esta era a proposta que melhor sintetizava a "posição real" que o PT tem em relação ao governo Itamar. Diziam que era uma posição clara.

A maioria defendeu que o PT devia manter a posição anterior, de oposição e que o "PT não participaria de nenhum condomínio de governabilidade". Esta última foi aprovada (38 votos) contra meia dúzia para as demais.

O DN e o 8º Encontro Nacional

Depois do 1º Congresso do PT dissemos que as suas resoluções foram muito positivas, mas que os rumos do PT estavam em disputa. Que esta disputa era tão acirrada, que até a "versão" do que foi aprovado era ponto de conflito. Esta situação perdura até hoje. Mas algo se move...

O que a reunião do DN apontou foi a capacidade da esquerda se unificar na proposta com relação a Erundina. O centro se unificou e a direita ficou bem reduzida e isolada. No ponto sobre o governo Itamar, a situação também foi bastante favorável para a esquerda. Apresentamos uma proposta em conjunto com o centro e a direita ficou isolada e dividida. Alguns dos seus notórios representantes se abstiveram na votação.

As posições mais a direita do partido foram "longe demais". As posições em relação ao governo Itamar e o emblemático caso Erundina fogem dos parâmetros construídos durante anos pelo PT. Por mais que este Diretório Nacional esteja defasado (foi eleito no 7º Encontro - 1990) ainda soube sintonizar-se com o PT que lutou contra a Ditadura, a Nova República e o Brasil Novo de Collor.

Depois que Elizeu Resende tornou-se Ministro da Fazenda de Itamar esta discussão tornou-se ainda mais fácil. Afinal, ele tem um currículo que não deixa dúvidas: é de direita e corrupto. □

Joaquim Soriano é membro da Executiva Nacional do PT



Eliseu: volta ao passado

JUAREZ GUIMARÃES

Somente a arte da aplicação obstinada do velho princípio de que tudo muda apenas para ficar como está pode explicar o escândalo de que, apenas alguns meses após o terremoto popular que varreu Collor do governo, Eliseu Resende - um dos símbolos mais salientes de corrupção acobertada pelo ciclo da ditadura militar, espécie de homem-de-ouro das mesmas empreiteiras que alimentaram o esquema PC-Collor - seja galgado ao ministério mais estratégico e decisivo do governo Itamar.

Entenda-se: tanto mais refinada precisa ser a arte quanto mais apodrecidos são os ingredientes à mão para se fazer a ceia. Desde a tragicomédia, que partindo do grandioso movimento Diretas Já resultou nesta grande coalizão de mediocridade e mesmice que foi o governo Sarney, os partidos da ordem - sem exceção mesmo para os partidos chamados de "centro-esquerda", cada vez menos progressistas e mais apegados ao culto da estabilidade - transitam de lá para cá no espaço saturado de uma ausência estratégica de projeto das classes dominantes para a saída da crise.

Sem um projeto viável de retomada da acumulação do capitalismo brasileiro, as classes dominantes acabam por se fazer prisioneiras de sua própria crise: não há como expandir solidamente sua base social, as suas alianças, a sua capacidade de cooptação, em suma, um esquema sólido de partidos. É ridículo: aqueles que mais agitam a proposta do parlamentarismo como meio de reforçar os partidos - como, por exemplo, o PSDB e o PPS - são os mesmos que se agarram de forma obstinada e fisiológica a um governo que se movimenta visivelmente para a direita organizando uma base de apoio parlamentar por fora das lideranças partidárias constituídas.

A indisposição de Eliseu Resende, surpreendente por sua audácia regressiva, não é, no entanto, um elemento isolado no cenário político pós-impeachment. Está aí a bofetada no rosto da ética nacional que foi a eleição de Inocêncio de Oliveira para a presidência da Câmara, o mesmo que apoia e dá cobertura às investidas nacionais de Maluf para constituir um partido de direita pós-collorido. São as forças conservadoras que se movimentam com mais nitidez na disputa plebiscitária de 21 de abril sobre o sistema de governo.

Vítima e anti-herói

O ex-ministro Paulo Haddad, que concentrou sobre si as pressões e expectativas do governo Itamar nestes meses, sai de cena como vítima, mas não como herói. Afirma dramaticamente ter tido a escritura de seu romance interrompida nos capítulos iniciais: o seu plano de estabilização da economia teria sido abortado.

A verdade - não esta ficção tecnocrática que o ex-ministro andava arquitetando - é que Paulo Haddad com seu rosto de cera, seu difícil equilíbrio entre tudo ou nada, seu senso-comum próximo do grau zero de iniciativas - estava escrevendo o romance da impotência. Sua passagem breve pela cena lembra o "homem sem qualidades", o anti-herói: será logo esquecido.

Justiça lhe seja feita: perto do diabolicamente monetarista Marcílio Marques, que lhe antecedeu, Paulo Haddad parece um anjo. Um anjo conservador e enrodilhado nos condicionantes estruturais da economia brasileira: a aguda crise fiscal do Estado, a armadilha da dívida interna, o poder sem freios dos monopólios e oligopólios de remarcar os preços, os circuitos especulativos absolutamente ciosos de suas prerrogativas.

Afinal, só mesmo mentes tecnocráticas podem imaginar estabilização econômica sem estabilidade política. É certo que a obstinada inflação tem sua cultura e seus meios de propagação - a incerteza, os juros altos, a disputa incessante dos preços relativos - mas o seu fôlego cresce com a instabilidade política. As classes dominantes olham para trás e vêem Collor; olham para o cenário instalado e vêem Itamar - esta espécie de Tancredo sem as artes da conciliação; olham para o futuro e vêem a sombra ameaçadora de Lula; assustados, demitem, especulam e elevam freneticamente os preços.

O centro e a esquerda

Com a indicação de Eliseu, Itamar parece ter se livrado de vez do apelido de "centro-esquerda" que rondava o seu governo. Esta caracterização cara aos "Itamaristas" do PT - aqueles que eram a favor de participar de seu governo ou lhe oferecer a boa vontade - torna-se, com o episódio Eliseu, vergonhosamente insustentável. Continuará agora Genoíno defendendo a "governabilidade" de Itamar? Permanecerá Erundina aferrada a seu cargo sob o pretexto de servir à nação?

A hora, no entanto, exige mais do que afirmar a atitude de oposição a Itamar. Trata-se de elaborar e viabilizar uma estratégia de oposição cujo norte só pode ser acumular para a disputa do governo central do país, pois só os que são muito próximo das engrenagens do poder não tem olhos para ver: o governo Itamar, mais além de incapaz de fugir aos constrangimentos de um exercício conservador do poder, é sobretudo menor, muito menor, do que a crise nacional. Ela continua, cobra definições e ameaça passar por cima daqueles a quem persegue. A esquerda precisa elaborar e amadurecer, viabilizar os instrumentos para sua estratégia e, sem dúvida, este é o grande desafio do 8º do Encontro Nacional do PT. □

Itamar acena à direita e à corrupção enquanto a crise lhe morde os calcanhares



Os desafios do PT

JOÃO PEDRO STÉDILE

O Encontro Nacional do PT a realizar-se em junho, chega em boa hora. E até meio tarde. É evidente para a maioria da militância e dos dirigentes do partido, que nos encontramos numa enorme crise política, ideológica e orgânica. Para outros, acredito que o fato do partido obter bons resultados eleitorais e continuar aumentando sua influência na sociedade, ofusca a gravidade dessa crise.

A história de nosso partido, suas características e sua composição são muito ricas e abrangentes. E seria pretensão analisar com profundidade a questão da crise de nosso artigo num artigo de jornal.

Mas gostaria de aproveitar o espaço, para colocar algumas preocupações relativas a esse tema para reflexão. Os grandes desafios que o PT está enfrentando nesse momento, o colocam numa verdadeira encruzilhada. Ou ele mantém sua trajetória inicial de ser um partido socialista, radical, da classe trabalhadora. Ou vira social-democrata, se institucionaliza e prioriza as atividades partidárias da cúpula, transformando-se em mais um partido da ordem. Confiável para a classe dominante e longe dos verdadeiros interesses dos trabalhadores.

O projeto socialista

O PT não sofre uma crise de doutrina ou de definição de seu caráter socialista. Estão aí os documentos do partido, desde seu manifesto de fundação. Os discursos históricos do Lula. Os documentos dos encontros nacionais, e as resoluções do I Congresso.

Todos são muito claros. Nosso objetivo é construir uma sociedade socialista. Não somos um partido social-democrata.

Mas então aonde está o problema? O problema está na prática da vida partidária!

A prática de muitos dirigentes e instâncias partidárias. A prática de muitos expoentes, das "famosas personalidades" do partido, que tem espaço na grande imprensa, demonstram que abandonaram o projeto socialista. E esse envergonhamento da defesa do socialismo como um projeto de sociedade, traz consequências muito graves e serias para todo o partido. Traz consequências

na estratégia. Traz consequência na tática. Mas traz uma consequência pior ainda, para toda a militância e para a vida partidária, que gostaria de comentar. Nosso partido se na luta. Forjou-se na garra e na disposição voluntária de milhares de militantes, de lutadores da classe trabalhadora, que construíram o PT com amor, alimentados por um sonho: o socialismo. Abandonar ou menosprezar a utopia socialista representa abandonar esse caráter militante. É tirar uma referência de vida para o militante. É transformar o militante petista num militante de outro partido qualquer. E se o militante ou filiado petista perde a referência da utopia socialista, passa a atuar movido apenas por interesses pessoais. E assim se abre campo para oportunismo de todo tipo. Para práticas políticas pessoais e de grupos que nada tem a ver com a construção de uma nova sociedade fraterna, justa, socialista. Em outras palavras, sem a utopia socialista começam a predominar práticas oportunistas, personalista, anti-socialistas, e até de corrupção moral, ideológica e econômica. E esse tipo de militante e de partido não tem mais moral para pregar o socialismo para ninguém!

Na minha opinião, esse é o maior perigo que estamos enfrentando com o abandono do projeto socialista. Quando a militância perde uma referência de projeto de sociedade, sua prática, e a prática do partido, ficam cada vez mais parecidas com os partidos da ordem. Com os partidos da burguesia, que funcionam não em função de um projeto transformador, mas em torno de projetos pessoais e manutenção dos status quo.

A organicidade do partido

Nosso partido amplia sua influência na sociedade. É mais conhecido. É frequentemente citado como alternativa nas eleições presidenciais de 1994. Mas qual é a nossa organicidade? Qual é a capacidade do PT, hoje, de organizar seus militantes para atuar na luta de classes. Para atuar e preparar grandes mobilizações de massa? Na campanha Fora Collor, todos sabem que as mobilizações não dependeram de nenhum apoio ou organização de nossa "máquina partidária". Aliás dirigentes partidários chegaram até atrasados às ruas...

O partido virou um partido para eleições. Um partido de deputados. não um partido para organizar a classe trabalhadora, organizar a luta de classes. E nenhum partido que tenha um projeto de transformação social da sociedade terá êxito em sua função, se não tiver capacidade de organizar a classe trabalhadora. Organizar as massas. Ganhar eleições apenas, não é organizar as massas. É apenas representá-las ou iludi-las.

Hoje, nos orgulhamos em dizer que temos 600 mil filiados. Quantos participam? Em que participam? E porque não participam? Temos um jornal ligado ao partido. E quantos são seus assinantes? Qual a participação articulada de nossa militância nas greves mobilizações e lutas em geral?

Temos que corrigir urgentemente esse desvio de sermos um partido, que não tem capacidade de organização de seus filiados e militantes.

Os métodos da pequeno-burguesia

O PT se elitizou. Elitizou-se através de seus dirigentes. Elitizou-se pela influência majoritária que os parlamentares exercem em sua direção real. A pesquisa sobre as características socio-econômicas dos militantes que participaram do I Congresso do PT são preocupantes. A maioria são universitários (enquanto a população é apenas 4%), a maioria ganham mais de sete salários mínimos mensais (e a classe trabalhadora, quanto ganha?) e a maioria é liberada pelo partido (ou gabinetes de deputados).

Essa elitização da direção do PT é também uma das causas, do porque o partido se encaminha com mais facilidade para a institucionalidade, para o reformismo. Para as práticas de conchavos, de cúpula. Isso é próprio da pequena burguesia. E de quem a rigor, com classe não enfrenta problemas fundamentais de salário, moradia, condições de vida, etc.

Esse caminho da elitização de partidos de trabalhadores já aconteceu com o PCB. E depois de 70 anos de vida, aí estão os

O Encontro Nacional chega até meio tarde. Encontramo-nos numa enorme crise política, ideológica e orgânica.



resultados... E para o PT certamente virão mais cedo!

A formação de quadros

Não se trata de recuperar a falsa polêmica se o PT deve ser um partido de massas ou um partido de quadros. É necessário que tenha o duplo caráter, de massas e de quadros.

Nenhuma organização social, seja qual for seu caráter, empresarial, eclesial, esportivo, cultural, consegue crescer e reproduzir se não tiver quadros. Elementos que estão convencidos ideologicamente dos objetivos de sua organização e que lutam diuturnamente pela sua ampliação.

Ora, o PT, como qualquer outra organização social precisa, para seu crescimento e sobrevivência, de quadros. E quem está preparando esses quadros? No nascedouro do PT muitos quadros foram preparados pelas lutas de massa, e pela luta contra a ditadura militar. Outros quadros foram preparados pelas tendências políticas, que tinha certa organicidade dentro do PT. E agora, quem está preparando?

É possível identificar-se um quadro petista?

É necessário que o partido enfrente esse desafio com urgência e prioridade. Ou corremos o risco de termos apenas militantes papagaios que seguem o que os dirigentes dizem. Ou pior. Termos militantes oportunistas que se guiam por interesses pessoais.

O futuro do PT depende também de nossos quadros petistas. Forjados pela luta. Pela experiência concreta. Formados doutrinaria e ideologicamente com conhecimento científico da realidade brasileira. E dos mecanismos para transformá-la.

Esses são alguns dos desafios que considero mais importantes para o PT enfrentar e que devem estar na ordem do dia de nosso encontro nacional. Caso contrário a luta de classes nos cobrará caro, por nossos erros atuais. □

João Pedro Stédile é membro da Secretaria Agrária Nacional do PT



O PT ainda tem jeito

RENATO SIMÕES

Um crescente número de militantes do partido vem se colocando, nos últimos tempos, uma angustiante questão: vale a pena investir no Partido dos Trabalhadores como espaço privilegiado de militância? A questão se coloca normalmente por dois motivos centrais.

Em primeiro lugar, pelos posicionamentos recuados do partido na conjuntura, desde a polêmica sobre o caráter de oposição do PT ao governo Collor (que polarizou a preparação do nosso I Congresso), "governabilidade" de Itamar; pelo rebaixamento do program que dilui o perfil do PT num pretense bloco de centro-esquerda nacional (aliás, consagrado nas últimas eleições municipais como alternativa de governo nacional por vários analistas e dirigentes partidários); pela ausência de políticas para os movimentos sociais, dentro de uma estratégia que transcenda a atuação na institucionalidade; enfim, pela aplicação de uma linha de ação que conduz o PT a uma posição de refém de sua própria política de esquerda que garantiria, em tese, a vitória eleitoral e a governabilidade de Lula na presidência da república.

Mas não é a primeira vez em que a militância do PT discorda de resoluções políticas do partido. Pelo contrário, é da essência do nosso partido a possibilidade de luta política por posições diferenciadas em seu interior. A democracia interna sempre foi um dos principais patrimônios do partido. Aqui, talvez, é que se coloque uma segunda e importante justificativa da questão acima tratada: setores crescentes de militantes do PT colocam em questão a nossa própria democracia interna, a capacidade de que o resultado venha a ser decididamente implementada por todos os que participaram do processo.

Hoje, a descrença de muitos em relação ao investimento na construção partidária vem justamente do fato de que as mudanças de rumo político no PT estão sendo implementadas à

revelia e em muitos casos contra as resoluções emanadas da nossa democracia interna. Neste caso, valem mais no PT os que tem capacidade de bancar a política de seu interesse do que as instâncias dirigentes que devem zelar pela política do conjunto do partido. Não é segredo para ninguém que aqueles setores com maior capacidade de "interlocução" com a sociedade (parlamentares, prefeitos, sindicalistas) levam hoje à prática as resoluções que interessam, deixando no papel aquelas das quais discordam. Assim é que as resoluções políticas do PT sobre a conjuntura são muito mais conseqüentes e avançadas do que o comportamento público que seus parlamentares, prefeitos, sindicalistas e dirigentes faz parecer.

O descrédito, pois, das instâncias dirigentes do partido em nível nacional, estadual, municipais decorre em grande parte da incapacidade de garantir, através do tradicional e salutar processo de debate interno de posições, a unidade de ação na conjuntura dá cara própria ao PT.

Sou daqueles que ainda acreditam que o PT tem jeito e que a democracia interna no partido reúne as condições para permitir alterações de rumo na direção da vontade da maioria. Por isso, identifico no 8º Encontro Nacional do PT e no seu processo de preparação uma enorme oportunidade de avançar na resolução destes dois impasses centrais, reconciliando nossa democracia interna com uma cara mais classista do PT na conjuntura e permitindo avançar no processo de construção de uma alternativa democrático-popular de governo e de uma alternativa socialista de poder no país.

Hoje, o consenso sobre as raízes da crise do PT atinge um grau bastante avançado. Até mesmo setores mais diretamente responsáveis pelo atual estado de coisas no partido (porque parte da maioria), com os signatários do recente manifesto "Na hora da verdade" - ainda que nenhuma pitada de auto-crítica tenha transparecido neste saudável documento - apresentam uma caracterização bastante interessante sobre as debilidades

Muitos militantes colocam-se a questão de se valer a pena investir no PT como espaço privilegiado de militância.

Um governo democrático-popular não poderá almejar ser um governo estável. Será tensionado pela aplicação de um conjunto de reformas estruturais.

É essencial reconstruir os laços orgânicos entre base e direção. É preciso organizar em núcleos a militância.

a enfrentar. Mas manifestos proclamatórios, ainda que importantes, não bastam se desacompanhados de formulação clara sobre as alternativas a serem implementadas. Desta forma, a oposição aos rumos hoje vigentes no PT deve ser "ativa" e "propositiva", para usar os termos da moda. Assim, ainda que este artigo não seja uma tese, creio ser necessário indicar algumas questões que me parecem centrais para encarar de frente os problemas acima detectados.

A alternativa democrático-popular

Um dos temas centrais do 8º Encontro Nacional será sem dúvida a discussão sobre o caráter do plano de governo de Lula e a política de alianças para implementá-lo em caso de vitória eleitoral em 1994. O resgate das resoluções do 5º, 6º e 7º Encontros Nacionais sobre a alternativa democrático-popular nos leva a diferenciar radicalmente esta perspectiva daquela hoje apresentada de um governo de "centro-esquerda".

Um governo democrático-popular encabeçado por Lula não poderá almejar ser um governo estável por natureza, mas um governo tensionado pela aplicação de um conjunto de reformas estruturais profundas nas áreas econômica, política e social que enfrentam uma firme oposição no seio das classes dominantes hegemônicas pelo ideário neoliberal. Assim, a defesa do parlamentarismo por setores do PT e de uma política de alianças que privilegie o PSDB se afasta de uma alternativa democrático-popular, introduzindo uma nova formulação alienígena sobre uma alternativa de centro-esquerda cujos contornos ainda não foram bem sistematizados.

Mas é notório o rebaixamento programático praticado, por exemplo, no plano de emergência aprovado pelo DN para ser apresentado à sociedade e ao governo Itamar. Ainda que seu caráter não seja o de apontar para medidas de um eventual governo democrático-popular, o prevalecimento de teses sociais-liberais no documento desarma o partido e os movimentos sociais hegemônicos pelos petistas para o enfrentamento da crise econômica, política e social em que está metido o país. De documento, o perfil de intervenção do PT vai se diluindo e não se distingue o caráter oposicionista "ativo-propositivo" da ação dos parlamentares petistas das demais bancadas de centro-esquerda cujos partidos estão oficialmente instalados no governo.

Assim, a definição de um programa democrático-popular que instrua não apenas um governo Lula, mas o conjunto da ação institucional e nos movimentos sociais do partido neste próximo período será um dos pontos altos, espero, do 8º Encontro Nacional, ao lado da redefinição da política de alianças centrada nos acordos com o PSDB e seu campo de centro-esquerda para uma afirmação de um campo democrático-popular mais estratégico para a sustentação desse programa.

Oposição para valer a Itamar

Outro resultado essencial que se espera do 8º Encontro Nacional deverá ser o de colocar o PT numa oposição para valer a Itamar, sem adjetivos que a limitem.

O resultado da política ambígua que o PT manteve desde o processo de impeachment em relação a Itamar foi o desgaste profundo que estamos passando em decorrência da presença crescente de petista no governo e da atuação recuada da bancada federal na Câmara e no Senado em relação aos projetos de interesse do governo. Na verdade, ainda que o DN tenha tomado uma importante medida disciplinar contra a companheira Erundina por sua decisão de compor o ministério de Itamar, não podemos supor que o problema de nossa presença no governo seja restrito à sua pessoa.

Além da questão menor mas relevante das sanções disciplinares aos demais petistas que se encontram em cargos de altos escalões do governo, há que se discutir um programa mínimo que permita a mobilização social aliada a iniciativas institucionais do partido, como se propõe no item acima. Neste capítulo da mobilização social, faz-se urgente que o PT defina uma linha de ação para os petistas que estão no movimento sindical, popular e estudantil, uma vez que a participação dos petistas nos movimentos sociais tem padecido de qualquer reflexão mais estruturada por parte do partido. Na verdade, acabam prevalecendo as estratégias particulares de várias correntes e aparelhos petistas nestes movimentos.

Reconciliar a base e a direção

Por fim, creio que o 8º Encontro Nacional pode ser espaço de um novo pacto entre as bases e as direções do partido. A renovação do Diretório Nacional, após o desgaste que a atual direção sofreu nos últimos anos, já é em si mesma uma revitalização. A disputa política nos encontros pela renovação das direções já provoca realinhamentos importantes para o partido, expressos em manifestos como os do movimento "Na luta PT!", da assim chamada "esquerda da articulação" e do campo composto, no estado de São Paulo, pela DS, Força Socialista, Forum do Interior e Vertente Socialista.

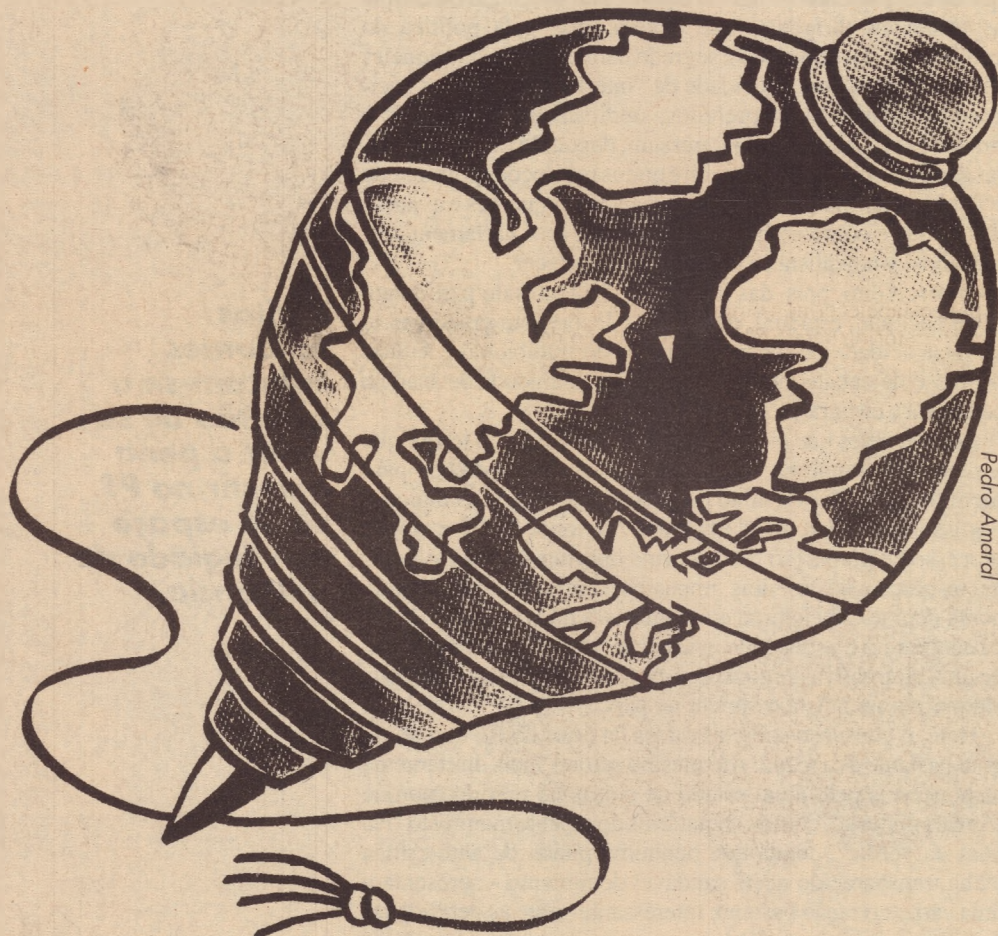
Mas, se vivemos uma nova "era dos manifestos" no interior do PT é igualmente importante que esta produção se reflita em políticas igualmente renovadas para dentro das instâncias do PT.

Uma nova cultura partidária, radicalmente democrática e baseada na ética de quem busca construir na pluralidade na ética de quem busca construir na pluralidade uma concepção revolucionária de construção do PT, faz-se necessária para a proposição de novas bases para a estrutura orgânica do partido. A revisão dos estatutos e do regimento interno do PT deve estar baseada nesta nova cultura, sem o que incorremos em um vício que nos acometeu no I Congresso de constitui uma estrutura alheia aos anseios e necessidades da militância, com fórmulas mirabolantes que, na prática, demonstram sua insuficiência.

Assim, a revalorização dos núcleos por local de trabalho, categoria ou movimento social e local de moradia com caráter deliberativo sobre políticas de seus militantes para sua área de atuação (obviamente que nos marcos das resoluções gerais do partido) e com direito de participação com voz e voto nas instâncias dirigentes do PT, faz parte essencial deste esforço de reconstrução dos laços orgânicos entre base e direção. Sem desmerecer qualquer outra forma de participação dos filiados, como plenárias, debates e outras que devem ser implementadas, é preciso refazer a idéia de que o PT é um partido que organiza em núcleos a sua militância para superar a velha dicotomia entre partido de massas e partido de quadros.

Da mesma forma, há que se rever a estrutura dos conselhos deliberativos e comissões dirigentes de modo a que o poder dirigente do partido não venha a ser detido, como hoje acontece, por um número cada vez menor de dirigentes profissionalizados ao sabor dos interesses do grupo majoritário na instância. O combate ao processo de burocratização no PT passa por revitalizar a democracia interna do partido e suas instâncias de direção, que foram artificialmente inchadas em nome de uma maior participação mas que reforçaram o distanciamento cada vez maior entre direção e bases partidárias.

Por fim, os avanços democráticos do I Congresso (como a cota mínima de 30% de mulheres nas direções, a eleição direta de representantes dos diretórios de base para as instâncias nacionais, a proporcionalidade direta e a apresentação de chapas incompletas para a disputa de eleições) precisam ser consolidadas e incorporadas ao novo estatuto do partido. □



Pedro Amaral

Renato Simões é membro da Executiva Estadual do PT-SP

8º EN: momento de decisão

JOSÉ CORRÊA

O 8º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores será realizado nos dias 11, 12 e 13 de junho, culminando o processo de encontros zonais, setoriais, municipais e estaduais iniciado em 14 de março. Ele tem um desafio maior: superar os impasses e contradições que o PT vive desde 1990 e reorientar a construção partidária em coerência com o projeto democrático e popular, de forma a enfrentar a disputa de rumos instalada na sociedade brasileira. Isso exige a constituição de uma nova direção partidária, que expresse um compromisso com a construção democrática e socialista do PT.

Depois de uma fase de formação, o PT conheceu um momento de grande desenvolvimento político, com a formulação da estratégia democrática e popular nos 5º e 6º Encontros Nacionais, e de enraizamento social e reconhecimento eleitoral, culminando na campanha de 1989. Esse desenvolvimento foi assegurado e conduzido pela preponderância no partido de um conjunto de posições classistas e socialistas.

Polarização crescente

Com o colapso do estalinismo e a vitória de Collor, em 1989/90, o PT entrou em uma terceira fase de sua história, marcada por dificuldades crescentes, que vive até hoje. O deslocamento político de todo um setor da direção do partido para posições social-democratas e até liberais abriu uma situação de crise de hegemonia no PT. A vida partidária passou a ser cada vez mais determinada pela polarização entre as tradicionais posições classistas, combativas e revolucionárias que marcaram a trajetória do PT e as posições eleitoralistas, institucionalizantes e que abandonaram qualquer perspectiva de luta por reformas estruturais radicais, que ganharam peso. Instaurou-se a paralisia em uma direção cada vez mais defasada da base partidária, descomprometida com as lutas sociais e enredada no jogo político do Congresso.

Este deslocamento político representa uma autêntica quebra ideológica de uma parcela da vanguarda dos trabalhadores produzida ao longo de mais de duas décadas de lutas. Sua raiz não está apenas na crise dos regimes burocráticos e na ofensiva neoliberal. Ela é alimentada também pelas dificuldades da luta de massa, pela burocratização acelerada da CUT e do conjunto do movimento sindical, pelo desenvolvimento de centros de poder que se autonomizam do partido em centenas de câmaras municipais, assembleias legislativas e prefeituras, pela redução da luta política à sequência do calendário eleitoral, etc. Estes elementos criaram as condições materiais e institucionais favoráveis para que parte das lideranças fossem se integrando ideologicamente a defesa da ordem.

Contra a dissolução

Episódios recentes, como o ingresso de Erundina no ministério de Itamar e de um modo geral toda a polêmica no partido sobre a relação com o governo, ou até fatos grotescos, como o surgimento de dirigentes monarquistas no PT, são o coroamento deste processo. Eles mostram que muitas lideranças petistas foram sendo de tal forma integradas no jogo político burguês que perderam toda referência naquilo que sempre constituiu nossa identidade e nossas propostas para a sociedade. Já não estamos mais frente a divergências positivas para um partido democrático e plural. A multiplicação de episódios mostra o abandono, por parte de um setor do PT, da construção de um partido de massas, democrático, de lutas e socialista. Mostra o desenvolvimento, no interior do PT, de projetos políticos antagônicos com tudo que o partido pregou até hoje.

As disputas estabelecidas no PT questionam o que delimita a própria existência do PT como um partido distinto do reformismo burguês do PSDB e do PDT: devemos ou não ter um projeto político de luta pelo poder (e não só pelo governo) do ponto de vista da classe trabalhadora?; somos ou não um partido que atua unificado nas questões fundamentais da luta política e social?

Assim, o 8º EN está frente a uma dupla tarefa:

- aprovar orientações políticas capazes de armar o PT para a disputa de rumos posta na sociedade a partir de seu compromisso com os trabalhadores e com um programa de transformações radicais do país, democrático e popular; e,
- constituir uma direção capaz de viabilizar o seu desdobramento prático ao longo dos próximos dois anos, que incluem a disputa presidencial de 1994 e, no caso de vitória, de formação de um governo com a hegemonia do PT.

Estabelecer a pauta

Para isso é decisivo o esforço de articulação política e elaboração que viabilize uma pauta de discussão para o processo de encontros colada nos reais desafios postos para o PT.

O 8º EN não pode, de um lado, deixar de destacar o tema da luta pelo governo dentro de nossa estratégia de disputa de hegemonia e luta pelo poder. Isso é inseparável da construção da campanha Lula para 1994, da definição do programa de governo e sua relação com o conjunto do programa democrático e popular e da política de alianças. Este ponto envolve o desdobramento da posição atual do PT de oposição face ao governo Itamar.

De outro lado, o encontro tem que retomar a discussão da construção do PT como partido dirigente, capaz de impulsionar as lutas sociais e políticas e coordenar a intervenção no terreno institucional e no movimento. Este ponto envolve as medidas que viabilizam o cumprimento pelos petistas das deliberações partidárias e a discussão da política e do setor sindical do PT.

Estes temas são permeados pela discussão da postura ideológica geral do PT, que deve preservar e desenvolver o seu caráter anti-capitalista, bem como uma perspectiva geral revolucionária.

Articular a esquerda

Estes objetivos e marcos de debate não são hoje exclusivos da Democracia Socialista, mas são compartilhados por boa parte dos militantes individuais do partido, agrupamentos variados e tendências. Um setor da Articulação de São Paulo lançou um manifesto, intitulado **A hora da verdade**, que constitui uma referência decisiva para o coesionamento dos setores da esquerda revolucionária da antiga tendência majoritária. Setores que integraram no processo do 1º Congresso a tese 10 agora compõem com outras correntes e militantes um fórum de discussão intitulado **Movimento Na Luta PT**, que canaliza parte do processo de radicalização da militância preocupada com a ausência de rumos combativos para o PT. Pode-se dizer que elas são hoje partilhadas por várias outras tendências e grupos no PT e por boa parte da militância do partido.

A articulação mais estreita entre todos estes setores, que dê grande visibilidade e força a um campo político de esquerda, é decisiva para estabelecer no conjunto dos encontros preparatórios para o 8º EN a correlação de forças capaz de permitir a superação da crise de hegemonia estabelecida na direção partidária. □



Jorge Silva

O PT e a luta pelo governo

A disputa de rumos do país organiza hoje toda a vida da esquerda brasileira. O PT vem credenciando-se como um protagonista político central desta contenda, na qual a eleição do presidente da república, em 1994, será um momento-chave. Esta disputa não pode ser concebida nem como um mero processo eleitoral, nem como uma repetição da experiência vivida em 1989, mas como um processo original. A preparação para este momento está determinando cada vez mais todos os movimentos não só do PT e da esquerda, mas das demais forças políticas do país. Produzem-se, assim, enormes pressões sobre o partido no sentido da sua integração à ordem. Os vários setores da esquerda procuram desde hoje estabelecer, pela prática política que desenvolvem, o perfil das candidaturas, petistas ou não, e de um eventual governo. Explorar plenamente as potencialidades desta situação, preservando e desenvolvendo o caráter contestador e a proposta transformadora do PT, é o desafio central para a esquerda revolucionária brasileira.

Possibilidades e limites

A crise nacional vivida pelo Brasil tem sido pontuada por grandes enfrentamentos - como a campanha das diretas, os choques permanentes com o débil governo Sarney, a eleição presidencial de 1989 ou mesmo a campanha pelo Fora Collor - que estimularam a organização da sociedade e, em particular, dos setores populares, com o PT e a CUT a frente. Durante toda a década de 80, a crise da dominação burguesa foi aprofundada pelo ascenso de lutas operárias e populares; os acúmulos de consciência e de organização atingiram seu auge em 1988/9.

Isso alterou-se na virada da década com a vitória de Collor e a implementação de um agressivo programa de reestruturação neoliberal do capitalismo brasileiro. O resultado foi uma profunda recessão, que dura até hoje, acompanhada de um certo recoesionamento ideológico da burguesia, derrotas pontuais e um refluxo das lutas de massa, uma perda de unidade política e ideológica do campo democrático e popular.

A queda de Collor representou uma retomada da longa crise de direção política da burguesia brasileira. A ocupação dos espaços de atuação abertos ao PT e ao movimento democrático e popular vem sendo, entretanto, limitada pelas consequências da ação de fortes tendências integradoras da esquerda nos mecanismos políticos e sociais vigentes. Isso pode ser observado na CUT e no movimento sindical, já bastante burocratizado, no balanço de boa parte das administrações municipais petistas, prisioneiras do administrativismo, e na própria crise vivida pelo Partido dos Trabalhadores.

Um partido da classe trabalhadora não pode pensar a política, inclusive a eleitoral, da mesma forma que os partidos burgueses. A ausência de um polo político que se apresente permanentemente como uma referência de alternativa global dificulta a politização, a articulação, a radicalização dos diferentes movimentos sociais e a auto-organização de massas. Alimenta o economicismo e o corporativismo. Isso tem, ao contrário do que argumentam os liberais, um resultado negativo inclusive do ponto de vista eleitoral.

Reduzir os danos já provocados por este processo e potencializar a capacidade de direção e polarização política e social do PT é uma contribuição decisiva que o 8º EN deve dar à luta pelo governo.

A disputa já começou

Podemos afirmar que a disputa de 1994 já está em andamento. Af tenderá a expressar-se, de forma condensada, todo o acúmulo obtido até então em mobilização, organização e consciência dos setores populares. A possibilidade de sermos bem sucedidos está em grande medida condicionada pela nossa capacidade de revertermos o quadro defensivo que tem marcado o conjunto dos movimentos nos últimos três anos (à exceção do movimento estudantil, vigorado pelo papel da juventude no movimento Fora Collor).

É central contribuirmos para reativar a luta de massa, reoxigenar as organizações sociais, politizar os movimentos. Nos sindicatos, que sempre funcionaram como coluna vertebral da mobilização de massas no país, diante dos entraves políticos e burocráticos que vem conhecendo o movimento, isto só pode ser conseguido com uma mudança de qualidade do papel da intervenção dos petistas enquanto militantes partidários.

Outro terreno de acumulação vital é a atuação das prefeituras petistas, que continuam sendo a vitrine de como o partido

implementa suas concepções para importantes parcelas da população. Tivemos administrações boas, com ensinamentos importantes, mas também algumas muito ruins dos pontos de vista que contam para os nossos objetivos mais gerais (impulso ao movimento e expansão de nossa base social, democratização da prefeitura e alteração de sua estrutura de poder, relação dos petistas na prefeitura com o partido, etc). São Paulo e São Bernardo, por exemplo, foram desastres que não podem ser repetidos, enquanto os governos que realizamos em Santos e Porto Alegre têm que ser estudados e seus sucessos melhorados.

É com base no acúmulo em toda uma série de terrenos e principalmente na atuação cotidiana do partido, funcionando como referência prática e centro dirigente do conjunto, que estaremos preparando a construção da campanha presidencial de 1994 como um movimento político amplo, que catalize as energias não só dos parlamentares e dos militantes, mas de milhões de ativistas sociais e formadores de opinião. Este acúmulo poderá assim expressar-se não só na disputa presidencial mas também no conjunto do processo eleitoral, na eleição de uma sólida bancada petista e de esquerda na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas, bem como na eleição de governadores.

A construção do programa

Há dois aspectos nesta questão. Um primeiro é decorrência direta da concepção de construção da campanha que discutimos. O programa de governo deve estar em estreita sintonia com aquilo que é o acúmulo do movimento real das massas. A construção do programa para a candidatura Lula à presidência deve ser o resultado de um amplo processo de discussão das diretrizes propostas pelo PT (à semelhança das diretrizes elaboradas pelo 6º EN, em 1989), como força dirigente da esquerda brasileira, nas organizações de massa, nas articulações setoriais e nas parcelas da sociedade civil que integram o movimento democrático.

O programa elaborado por pequenos grupos de tecnocratas de esquerda e negociado entre as cúpulas dos partidos que vierem formar a frente pode naufragar no primeiro impasse institucional. O programa deve refletir um compromisso prévia e solidamente firmado junto ao conjunto dos explorados e oprimidos; assim, a unidade política deve ser construída desde a base do movimento e dos setores populares para garantir tanto sua sustentação no movimento de massas e na luta política geral, como a unidade no seu encaminhamento na cúpula.

Mas um segundo aspecto, o caráter do programa, é igual-

mente decisivo. O programa de governo do Lula que o PT deve construir deve partir da elaboração acumulada desde o 5º EN e no 1º Congresso e contemplar as demandas mais sentidas pelas maiorias nacionais - acesso ao consumo e uma melhor repartição da renda, educação, saúde, habitação, saneamento básico, serviços urbanos e previdência social, acesso à terra, qualidade de vida, o pagamento enfim da gigantesca dívida social contraída pela burguesia brasileira com 85% do povo. São questões capazes de mobilizar populações secularmente massacradas e marginalizadas, de trazer mesmo os setores sociais mais desmobilizados para a vida política.

O atendimento destas demandas só poderá ocorrer atacando-se de forma radical os problemas da dependência externa, do poder dos grandes monopólios e oligopólios na economia, da existência do latifúndio, do controle oligárquico sobre o

Estado. Lutamos pela democratização da sociedade e do Estado no sentido de as amplas massas populares passarem cada vez mais a determinar seus próprios destinos em todas as esferas da vida e disporem dos instrumentos institucionais necessários para isso. Quebrar o poder dos setores comprometidos com a dependência, os monopólios, os latifúndios e com a privatização do Estado é condição *sine qua non* de qualquer reforma estrutural no Brasil. Por ignorá-lo o reformismo populista, que acreditou poder conciliar interesses de classe antagônicos, já fracassou no passado.

O que caracteriza o PT é a proposta de empreender as transformações necessárias para o atendimento das demandas populares do ponto de vista dos trabalhadores da cidade e do campo, assalariados ou não, e de um modo geral do conjunto dos excluídos pelo capitalismo brasileiro. Este bloco histórico pode e deve também integrar os interesses de amplos setores das classes médias, mas não pode fazer o mesmo com as parcelas hegemônicas da burguesia. Este antagonismo, que esteve na raiz da formação e

de toda a história do PT, continuará presidindo nossa luta no futuro e ganhará nova radicalidade numa situação de um governo sob a hegemonia de nosso partido.

O 8º EN deverá aprovar um documento de diretrizes para a elaboração do programa de governo que, à semelhança do aprovado no 6º EN, possa orientar um amplo processo de elaboração, com o conjunto dos setores que compõem o movimento democrático e popular, de propostas de governo e dos meios materiais e políticos para sua implementação. Este programa deverá ser aprovado por um novo encontro nacional

do partido, no primeiro semestre de 1994, que sintetizará as propostas e dirimirá os conflitos que tenham se estabelecido no processo de discussão. O risco de que questões políticas sejam resolvidas pelas direções sem ampla discussão na base, a partir de argumentos pseudo-técnicos deverá ser, durante todo este processo, cuidadosamente evitado.

Governabilidade

O PT está lutando para conquistar o governo central como um elemento chave da luta pela hegemonia dos trabalhadores na sociedade brasileira. Não confundimos o governo com o poder, que é muito mais amplo. Mas a conquista do governo pode ser decisiva para a conquista do poder e a realização das transformações exigidas pela nação.

O caráter do governo que o PT luta para instaurar é hoje objeto de disputa no partido e na sociedade. Com o favoritismo da candidatura Lula, enormes pressões são realizadas pelo *establishment* político e pela *midia* sobre o PT para que ele se transforme num partido da ordem, defensor de reformas moderadas a serem pactadas com setores das elites. Esta visão é apresentada hoje abertamente dentro do PT por setores liberais, que sustentam que a correlação de forças só permite que coloquemos, como objetivo para 1994, a formação de um governo de centro-esquerda, baseado em um amplo leque de alianças parlamentares com partidos burgueses. O resultado desta proposta seria um governo com a participação do PT, mas não sob a sua hegemonia. Este governo "de centro-esquerda" não poderia, naturalmente, implementar um programa democrático e popular, pois neste caso confrontaria os interesses dos setores burgueses que são a base de sustentação dos partidos de "centro".

O caráter de um governo é determinado tanto por seu programa como pelas forças sociais que podem implementá-lo e sustentá-lo. O governo do PT será um governo democrático e popular se souber colocar as maiorias nacionais a seu lado. A conquista do governo visa assim impulsionar a politização, a mobilização, a auto-organização das massas populares e a aplicação de nosso programa. Este foi o sentido do PAG aprovado no 6º EN e as diretrizes então aprovadas conservam toda sua atualidade.

Já o ritmo de aplicação, pelo governo do PT, de nosso programa depende da correlação de forças e, fundamentalmente, do processo de auto-organização popular. O deslocamento em nosso benefício da correlação de forças não está estabelecido *a priori*. Não está dado que as massas estarão nos apoiando; este apoio terá que ser conquistado com medidas práticas do governo a cada momento e, em particular, nos primeiros meses. Ele dependerá de o governo estabelecer confrontos que permitam ao conjunto da população posicionar-se de um lado ou de outro, mobilizar-se e com isso tornar viável a colocação de objetivos políticos mais elevados. Só podemos trabalhar com a idéia de um governo democrático e popular como alavanca para a luta socialista se rejeitamos uma visão estática da correlação de forças.

Alianças

É deste ponto de vista que devemos colocar o problema das alianças. Estratégicamente, representam a construção de um bloco histórico, concebido como um conjunto de forças sociais e políticas organizadas em torno dos trabalhadores, que se propõem a construir uma nova hegemonia na sociedade. O critério básico para as alianças é o de não levarem à descaracterização de nosso programa, e portanto à frustração de nossa base social fundamental. Isso não exclui a realização de alianças mais amplas em torno de pontos delimitados, mas elas têm que ser concebidas como um momento de disputa.

Nossos aliados na composição do governo são as forças políticas que não têm um programa estratégico antagônico ao nosso - as que o partido tem chamado de democráticas e populares. Este não é o caso dos partidos reformistas burgueses, como o PSDB ou o PDT. Não podemos jogá-los nos braços da direita, mas eles não compõem de conjunto o nosso campo político. O que podemos é explorar as contradições existentes em seu interior, trabalhando com setores ou indivíduos, atraindo sua base para nossa direção política, estabelecendo o conflito em seu interior, mas sem fazer concessões para suas direções e estruturas centrais ou a nível de nosso programa básico, que exige o confronto com parcelas ponderáveis das bases sociais com que estes partidos estão comprometidos. □

O atendimento das demandas populares mais sentidas existe quebrar o poder dos setores comprometidos com a dependência, os monopólios, os latifúndios e a privatização do Estado.

As reformas estruturais porque lutamos só poderão ser implementadas pelo bloco histórico organizado em torno dos trabalhadores e em choque com as parcelas hegemônicas da burguesia.

O governo do PT será democrático e popular se souber colocar as maiorias nacionais a seu lado. Não está dado a priori que as massas nos apoiarão; este apoio terá que ser conquistado com medidas práticas.

A disputa de rumos do país organiza hoje toda a vida da esquerda. O PT é protagonista central desta contenda, na qual as eleições de 1994 serão um momento chave

Foram os grandes enfrentamentos de massa que impulsionaram, durante toda a década de 80, os avanços operários populares e a crise da dominação burguesa

É a partir do acúmulo na luta de massa, principalmente sindical, e na ação cotidiana do PT, funcionando com referência prática e centro dirigente, que estaremos preparando a campanha 1994.

Construção democrática e socialista

CARLOS HENRIQUE

O 8º EN é o momento inadiável para conquistarmos um período na construção do PT, de intenso revigoramento, renovação e crescimento partidários, de preparação para vencer a grande disputa nacional que terá como desfecho a eleição de 1994. É o momento inadiável de retomarmos o caráter dirigente do partido; de fazer valer a democracia interna, reconstruindo a confiança das bases; de reconstituir a unidade entre concepção e prática na construção partidária. É o momento de superarmos o longo impasse de rumos para o partido que nos tem paralisado.

O caráter do PT

O processo de enfrentamento da crise nacional não pode ter um caráter passivo. Ela não será definida apenas no terreno eleitoral; não depende apenas do reconhecimento popular às nossas principais lideranças.

A conquista da maioria da população para uma alternativa democrática, popular e de perspectiva socialista exige a construção de um bloco de forças políticas e sociais capaz de dirigir o país e iniciar sua transformação. É impensável sem a existência do PT como um partido dirigente, que organiza seus militantes e filiados, que luta para organizar os trabalhadores e as maiorias, que construa permanentemente um pólo político e social em contraposição às alternativas conservadoras. A grandeza da disputa em curso no país, os poderosos interesses das classes dominantes, não permitem que nos iludamos com a possibilidade de conquistar o governo nacional, numa perspectiva de transformação social, tendo uma candidatura forte mas um partido fraco e o movimento social desativado. Nosso desafio é o de ter a candidatura do companheiro Lula como motor de uma grande mobilização social, com o PT fortalecido e tendo um papel decisivo de liderança neste processo.

Atraso de definições

Estamos atrasados. A definição de uma saída frente à crise nacional encurta os prazos. Será preciso cumprir em menos de dois anos tarefas adiadas e bloqueadas pelos impasses de direção do partido, pela paralisia que tomou conta depois das eleições de 1989.

Nosso partido chegou a um ponto crítico de impasse. Ao lado de uma crescente perda de funcionamento, tem perdido também a característica fundamental de direção e de unidade política. Com isso, vem enfraquecendo perigosamente sua capacidade de polarizar a cena política do país e de contribuir para a rearticulação dos movimentos sociais.

As raízes deste impasse são, por um lado, anteriores a 1989: já o V Encontro Nacional alertava para a necessidade de uma revolução organizativa como meio de superar o desequilíbrio entre a construção do partido e sua presença institucional. Este desequilíbrio aumentou.

De outro lado, uma intensa luta de concepções se abriu no partido. O 1º Congresso foi palco desta luta, que se mantém e abrange hoje praticamente todas as questões, da posição frente ao governo Itamar à própria concepção de partido, passando, inclusive pela questão crucial da perspectiva e o caráter da candidatura de Lula.

Mas é a relação com a constru-

ção partidária, com a existência mesma do PT, que concentra o impasse e a disputa de rumos. Se nas questões estratégicas assistimos o surgimento de uma visão que questiona a perspectiva de transformação radical do país, na questão partidária vimos o aparecimento do que podemos chamar de liberalismo partidário. Também cedendo e compondo com as pressões da ordem estabelecida, ele procura impor uma dinâmica de dissolução partidária, de solapamento de qualquer democracia interna, de desmoralização do partido como sujeito político e sua transformação em mero instrumento homologatório de "personalidades".

Não há, assim, como fugir da encruzilhada posta na construção partidária: um partido para dirigir ou para respaldar *a posteriori* atos de dirigentes; um partido ou um condomínio de posições que se articulam publicamente e, em certos casos, com forças antagônicas ao próprio PT; um partido com democracia e poder das bases ou um partido de tipo parlamentar; um partido socialista ou um partido da ordem?

Recomposição da direção

Qual rumo, qual direção deve tomar o PT, na concepção e na prática? Esta definição é o primeiro passo, pré-condição, para podermos enfrentar e resolver positivamente tarefas antigas e novas da construção partidária.

O rumo do PT a partir do 8º Encontro Nacional será definido em primeiro lugar pelo que for a sua direção. Hoje ela concentra o impasse, não consegue dirigir o partido e mais do que isso, mostra-se impotente face à dinâmica dissolutiva. Representa uma correlação de forças antiga, pois foi eleita em 1990, no 7º Encontro. Já não refletia a situação interna no 1º Congresso - se fosse eleita uma nova direção naquele momento esta teria uma composição mais à esquerda - e, acreditamos, reflete menos hoje.

Mais do que nunca - e esta é a tarefa decisiva do 8º Encontro Nacional - o partido precisa de uma direção radicalmente comprometida com uma construção democrática e socialista do PT. Seu plano básico deve ser a valorização do partido, uma construção que se referencia nos princípios históricos que fundaram e dinamizaram a construção do PT, que enfrente o desafio de termos um partido forte para dirigir a disputa nacional em curso.

Democracia

Uma renovação de métodos de funcionamento que ative o partido, democratize suas estruturas e abra novamente as portas para os militantes, filiados e um grande crescimento partidário, cobra urgência. É preciso, de uma vez por todas, encerrar os tristes episódios de termos a base partidária "informada" pelos meios de comunicação comerciais. Do mesmo modo, é inaceitável a continuidade de fatos consumados, não decididos pelo partido, mas executados por militantes que ganharam notoriedade pública graças ao esforço do partido e que devem ser defensores das posições do partido e não de suas próprias propostas. É possível ter um partido aberto, que debata publicamente, mas com a condição de que sua unidade se preserve e suas posições democraticamente tomadas sejam a referência para a disputa política na sociedade.

O partido precisa dinamizar seus instrumentos já criados: o jornal **Brasil Agora** - que deve atingir pelo menos 100 mil assinantes - deve ser reforçado; a formação política deve se voltar para um amplo processo de integração consciente ao debate e à vida partidária dos milhares de filiados à margem do partido; precisamos de um partido com 500 mil filiados *ativos*.

A vitória em 1994 depende do que fizermos agora. A disputa já está em curso, em cada luta social, em cada embate político. A conquista do governo nacional como elo da luta pela transformação socialista no Brasil - e este é o rumo definido pelo PT, que será mantido pela vontade majoritária do partido - exige uma maioria ativa na sociedade, com os trabalhadores à frente, que não só consiga vitórias imediatas, que não só eleja Lula presidente e sustente o governo, mas que possa ir além, constituindo-se em sujeito social da transformação. O PT é o principal responsável por esta construção. É preciso que esteja preparado para esta tarefa estratégica. □

O PT chegou a um ponto crítico de impasse, perdendo capacidade de direção e unidade política



Sobre o trabalho e o desemprego

TOM BOTTOMORE

Os cientistas sociais, e sobretudo os socialistas, não deveriam se deixar fascinar tão facilmente pelos atrativos da “revolução científico-tecnológica”. Não há dúvidas de que (no Primeiro Mundo) vivemos em sociedades industriais tecnologicamente avançadas que, num sentido específico, baseiam-se no conhecimento (todas as sociedades humanas baseiam-se no conhecimento numa certa medida).

Marx previu este tipo de sociedade há quase 150 anos. Mas as circunstâncias em que tem se produzido estas mudanças nas últimas décadas são muito diferentes das que Marx tinha imaginado. Consequentemente, temos que estudar várias questões sobre os efeitos das mudanças no trabalho, no contexto de uma estrutura econômica específica que é a do capitalismo global dominado por gigantescas empresas multinacionais.

Em primeiro lugar, é necessário fazer algumas distinções. Entendemos por “trabalho”, a menos que se indique outra coisa, o “trabalho remunerado”/“emprego remunerado”. Mas é preciso reconhecer que a situação atual tem produzido um aumento significativo da quantidade de “trabalho não remunerado”, em particular na Europa, como resultado da expansão do “tempo de ócio” (isto é, do “tempo livre”) e em parte do desemprego involuntário. Este trabalho não remunerado já não é simplesmente o “trabalho doméstico” realizado sobretudo pelas mulheres, mas implica todo tipo de atividades de pequenas tarefas de tipo artesanal feitas à margem do mercado, assim como a participação em questões cívicas e movimentos sociais por parte de homens e mulheres. E efetivamente, há espaços para um aumento considerável deste trabalho não remunerado no futuro, com modalidades diferentes das que conhecemos na atualidade. Mas a principal atividade continuará sendo a do emprego remunerado, pela evidente razão de que a enorme maioria das pessoas não tem outra fonte regular de renda.

Uma primeira observação: dada a enorme potência produtiva da moderna tecnologia, deve se colocar na pauta de discussão propostas do tipo da garantia de uma renda básica para todos os membros adultos da sociedade, além da qual poderia se obter uma renda adicional no emprego remunerado. Pela sua importância, esta questão mereceria uma exposição mais ampla que a que podemos dar neste artigo.

Já ao analisar o emprego remunerado devemos estudá-lo desde duas perspectivas:

- a natureza e condições do trabalho no presente e no futuro, a médio prazo, nas sociedades capitalistas avançadas; e,
- a ausência de trabalho, evidenciada pelo desemprego massivo nestas sociedades.

Classe trabalhadora e desemprego

Em relação ao primeiro, não deve dar-se por certo, como parecem fazer muitos analistas, que a natureza e as condições de trabalho tem se transformado completamente para uma parte substancial da população trabalhadora. Os progressos científicos e tecnológicos tem produzido duas categorias de trabalhadores: os cientistas e engenheiros informáticos que criam e mantêm complexos sistemas informáticos de informação e controle; e os usuários rotineiros dos terminais informáticos.

Os que estão na primeira categoria, uma pequena minoria, são pessoas altamente qualificadas, em grande medida autônomas em suas práticas laborais, e as vezes trabalhadores independentes. Porém, os pertencentes à segunda categoria, estejam empregados em fábricas, caixas de supermercados ou antigos postos administrativos nos bancos ou outros serviços, ocupam-se de operações rotineiras mediadas por computadores, subordinados a estritos procedimentos de trabalho e são, efetivamente, escravos das máquinas. Constituem uma classe trabalhadora que preenche todos os critérios pelos que os socialistas tem usado geralmente este termo. E a eles devemos agregar o grande número de trabalhadores empregados na manufatura manual.

Estas sociedades industriais (e não pós-industriais) continuam dependendo da manufatura, que representa cerca de 50% do PIB, e que as economias mais fortes, especialmente as do

Japão e Alemanha, são aquelas nas quais a indústria está mais desenvolvida.

Chego à conclusão de que as sociedades atuais tem ainda uma evidente e marcada estrutura de classes e que a base classista do movimento socialista segue sendo um fator político importante, ainda que muitos conceitos de relações de classe e da política de classes continuarão se alterando no futuro como aconteceu também no passado.

Tratemos agora do segundo aspecto em relação ao “trabalho remunerado”: o desemprego. A resposta conservadora aos níveis atuais de desemprego - os mais altos desde a Segunda Guerra em muitos países - é declarar que os problemas serão superados quando for retomado o crescimento econômico. Esta afirmação não dá conta dos fatos. Em primeiro lugar, o crescimento econômico do tipo que se produziu na década passada tende a destruir mais empregos dos que cria; e em segundo lugar, a possibilidade de um novo ciclo de crescimento deve ser examinada à luz das teorias do ciclo econômico capitalista, segundo as quais uma fase de expansão depende crucialmente de novos investimentos e inovações. É evidente que na atualidade não estão colocadas no horizonte estas perspectivas.

A questão principal que coloco é a resposta socialista ao desemprego. Para ser sincero, não vejo hoje nenhuma concepção nem política claramente articuladas. Em sua maioria, os socialistas que assimilaram grande parte da ideologia liberal do livre mercado, parecem compartilhar as vagas esperanças dos conservadores sobre a retomada do crescimento econômico.

Política socialista

Considero necessário partir de uma análise precisa e uma discussão do que poderia ser uma política socialista coerente. Proponho partir das seguintes idéias:

1. O pleno emprego e a maior igualdade econômica e social são objetivos muito mais importantes que o crescimento econômico por si mesmo;

2. A noção de crescimento econômico em si mesmo deveria ser desmembrada de maneira a dar prioridade ao crescimento daquelas áreas que mais beneficiam à população em seu conjunto (ou à maioria), que deteriorem menos o meio ambiente e que mais contribuam à melhoria do nível de vida no Terceiro Mundo;

3. Uma maneira evidente de reduzir o desemprego é reduzir a jornada de trabalho; outra é aumentar o gasto público em moradia, educação, lazer social e partes da infra-estrutura;

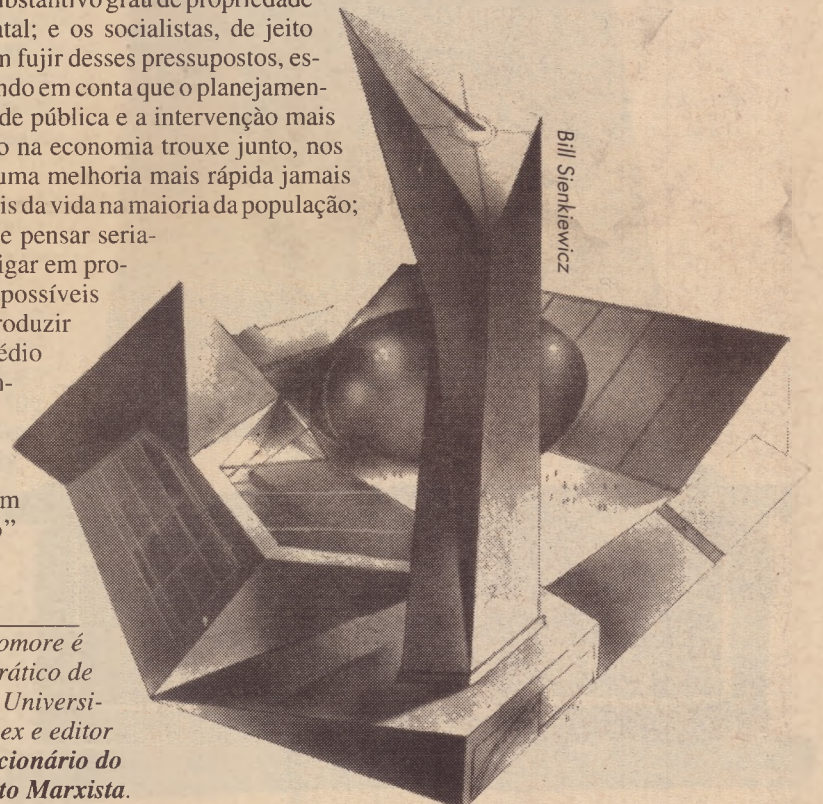
4. Estas políticas requerem um planejamento econômico flexível e um substantivo grau de propriedade e controle estatal; e os socialistas, de jeito nenhum, devem fugir desses pressupostos, especialmente tendo em conta que o planejamento, a propriedade pública e a intervenção mais ativa do Estado na economia trouxe junto, nos anos 50 e 60, uma melhoria mais rápida jamais vivida nos níveis da vida na maioria da população;

5. Deveria se pensar seriamente e investigar em profundidade as possíveis formas de introduzir no futuro, a médio prazo, uma renda básica para todos os cidadãos, independente de estarem “trabalhando” ou não. □

Tom Bottomore é
catedrático de
sociologia da Universi-
dade de Sussex e editor
do Dicionário do
Pensamento Marxista.

As sociedades atuais ainda têm uma evidente e marcada estrutura de classe.

Sinceramente, não vejo resposta socialista articulada para o problema do desemprego.



Eleição de juizes?

PAULO TORELLI

Nenhum outro poder de Estado é mais enigmático para a população, do que o poder judiciário. Revestido por uma aura de neutralidade que a teoria da tripartição do Estado (legislativo, executivo e judiciário) atribui as suas decisões, acaba por ser o legitimador de abusos tanto das elites, quanto dos governantes, como ficou evidenciado na Era Collor. A reação de muitos militantes de esquerda a isso tem sido até mesmo de bradar pela eleição direta dos magistrados. A questão, porém, é muito mais complexa do que se pode imaginar e cabe a imediata abertura desta discussão, sobretudo com a proximidade da revisão constitucional. Vamos aqui abordar alguns aspectos deste debate, em particular sobre a indicação e o controle dos juizes. Não temos condições, neste espaço, de aprofundar uma série de outros temas importantes para uma política global de democratização do judiciário.

É consenso que nos marcos institucionais da democracia burguesa - onde o Estado democrático de direito se baseia em um abstrato e difuso conceito de soberania popular - o poder judiciário não pode ficar alheio a todo e qualquer controle social. Há que se rever os postulados constitucionais que hoje reforçam, neste poder de Estado, a matriz de uma corporação estatal com interesses próprios, alheia as necessidades da ampla maioria da população e prestativa aos interesses das elites. Mas isso deve ser feito com a devida cautela para que os juizes não passem da convivência ideológica à subserviência direta para com as elites.

O ingresso na magistratura

Os juizes de carreira são investidos de um poder de Estado estritamente pelo tradicional método empregado para a seleção de pessoal para as carreiras da burocracia pública: o concurso. Isso foi consagrado pela constituição de 1988. São variadas as razões que levam advogados a prestarem concurso para magistratura: desde a idealista vontade de buscar uma justiça abstrata nos códigos e leis, passando pura e simplesmente pelo *status* social que a carreira goza e indo até a ambição de ascensão social e mesmo de poder por segmentos de uma pequena burguesia proletária.

rizada, ampla maioria dos que prestam concurso para magistratura.

Temos assim o caso de juizes que não tem vocação para a função e não se adaptam a ela; de juizes que são pedantes e humilham os cidadãos que os procuram (ou até mesmo advogados); de juizes que seguem o perfil típico do servidor público burocrata, que assumem teses corporativas e buscam direitos e reajustes de vencimentos e vantagens inconstitucionais, esquecendo princípios e valores que deveriam preservar e até mesmo acabando por reproduzir tal visão de mundo em decisões formalistas e injustas. Com raras e honrosas exceções, os interpretes oficiais da lei acabam sendo pessoas destituídas e impermeáveis às preocupações políticas que orientam os interesses sociais, com visões de mundo e sociedade que não vão além de um rebaixado senso comum legitimador de estigmas e preconceitos conservadores. São, por vezes, completamente subservientes aos interesses políticos e econômicos dominantes, inclusive chegando a ignorar os textos legais.

Já a composição das Cortes Superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar) se dá por nomeação do Presidente da República, após a aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, que na prática não tem passado de órgão homologatório da escolha presidencial, vide a escandalosa recondução do Sr. Francisco Rezek. Sistemática parecida vigora para a composição de parte dos tribunais eleitorais (Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais), sendo que nestes a investidura é temporária para todos os juizes - dois anos com possibilidade de uma recondução, e de um quinto dos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça e Alçada dos estados, onde estes existem, com a diferença de que não há qualquer manifestação do legislativo nesses casos e o executivo fica limitado a escolher entre nomes indicados em uma lista tríplice elaborada pelos tribunais com base em indicações da OAB e do Ministério Público em listas sêxtuplas.

O problema do controle

Não raras vezes se verifica um elevado índice de juizes incapacitados para a função e de notória má conduta. O mais surpreendente é que a Constituição Federal estabelece que a perda do cargo de juiz somente se dará por sentença judicial transitada em julgado.

Vale dizer que hoje, no Brasil, é mais fácil destituir o Presidente da República por má conduta do que um juiz. Os processos criminais, estritamente jurídicos - como o que Collor responde perante o STF - são de condução bastante difícil pela fragilidade das provas, o que é natural em se tratando de pessoas com poder e prestígio social, a mesma situação dos magistrados ("pessoas acima de qualquer suspeita").

Em muitos outros países, a situação é diferente. Na Alemanha, por exemplo, os juizes do Tribunal Constitucional Federal não são vitalícios, sendo indicados pelo Parlamento para mandato de doze anos. Além do que o legislativo alemão pode solicitar ao Tribunal a transferência ou a aposentadoria de qualquer juiz que infringir princípios constitucionais, sendo passíveis de demissão quando cometerem infrações premeditadas, independentemente da sentença judicial transitada em julgado.

Alternativa ao concurso?

De imediato é de se registrar a temeridade da eleição para magistrados hoje, ao menos nos moldes em que se dá a eleição dos parlamentares, pois é obvio que nos grotões do país, e até mesmo nos grandes centros, as oligarquias locais fariam seus juizes. A conhecida venda de votos em algumas Câmaras de Vereadores poderia virar a venda de sentenças no poder judiciário. Imagine-se o caso de um juiz que foi eleito pela UDR ao julgar uma reintegração de posse contra os sem-terra no interior do Pará; o que eventualmente pode ocorrer hoje com o aristocrático e aleatório sistema de concurso, passaria a ser a norma.

É de se considerar, entretanto, a experiência norte-americana-



na eleição de juizes estaduais em 37 estados. Ela foi sendo aprimorada e hoje, embora ainda bastante polêmica e questionada, parece positiva nos Estados onde o parlamento ou executivo indicam os candidatos e estes devem ser referendados ou não pelo voto popular.

A tradição republicana daquele país tensionou no sentido de que a escolha dos juizes fosse crivada pelo voto popular na legitimação e controle do poder judiciário, de tal modo que apesar de suas limitações ainda é um modelo melhor do que o essencialmente aristocrático que vigora no Brasil. E foi justamente pela verificada desqualificação e mesmo venalidade de alguns magistrados, devida a uma alternância indiscriminada, que se desenvolveu o chamado Plano Missouri, a "seleção por mérito" (Merit Selection), em contraposição à "seleção por eleição" (Elective Selection), ainda em uso em alguns estados, que se consistiu em um verdadeiro processo eleitoral.

No plano Missouri temos a escolha pelo governador de um nome dentre três indicados por uma Comissão composta pelo presidente do Tribunal Superior local, três advogados e três cidadãos designados pelo governador. Após um ano de exercício da função, o juiz escolhido será submetido a um referendo popular e, uma vez aprovado, atuará por seis anos em Corte de primeira instância e por doze anos em Tribunais de Apelação.

Morosidade, ineficácia e nepotismo

Os vícios do serviço público existentes nos poderes executivo e legislativo manifestam-se igualmente no poder judiciário.

A absoluta transparência é uma exigência de qualquer regime democrático em termos de administração pública. Mas setores do judiciário opõem-se a isso. Há, por exemplo, uma arguição de inconstitucionalidade, com liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, que a Associação Brasileira dos Magistrados está promovendo contra o dispositivo da constituição do estado do Rio Grande do Sul que possibilitava pedidos de informações do Legislativo sobre estas questões, sob a argumentação de que violaria a independência entre os poderes.

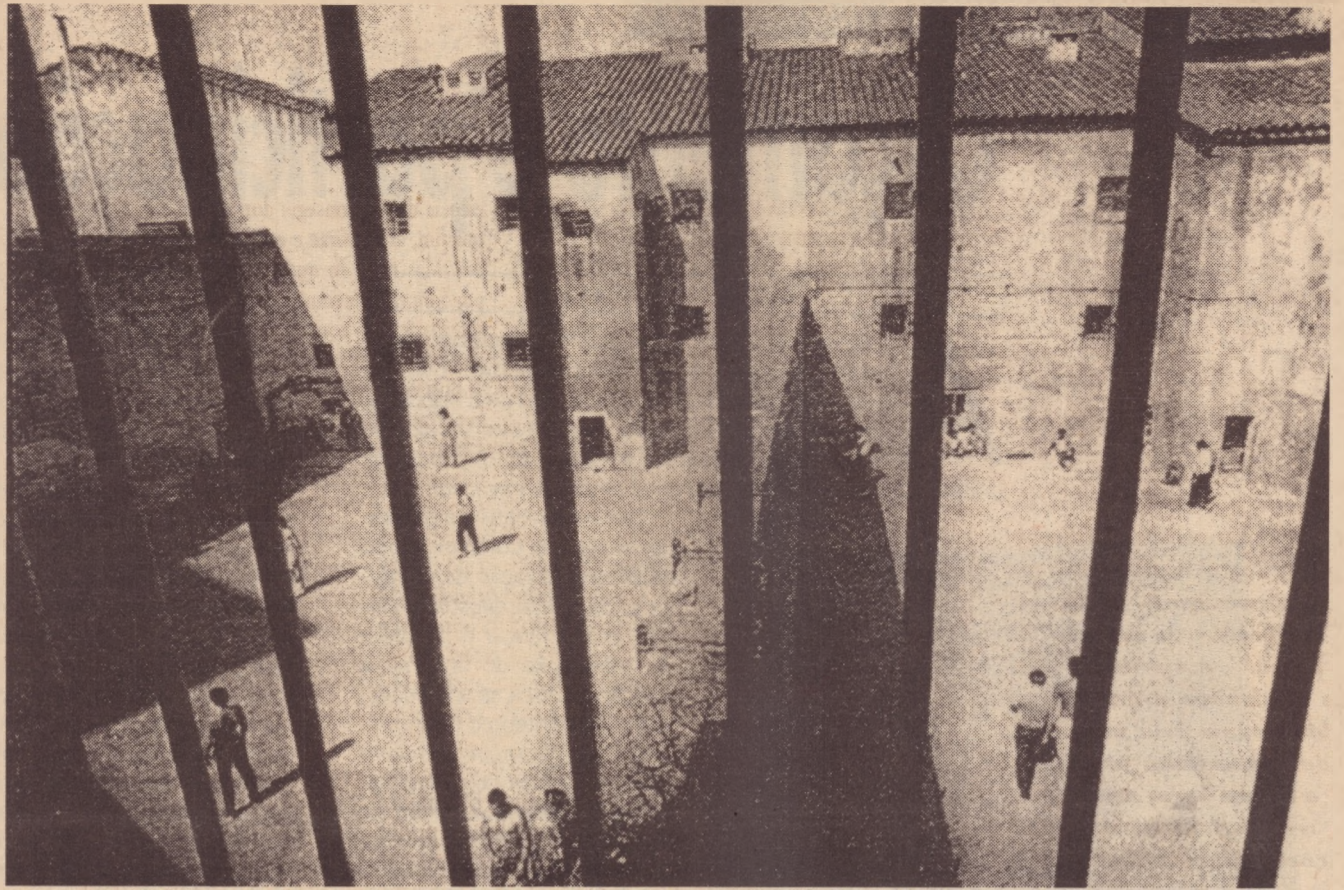
Casos de nepotismo têm também sido destacados. O **Jornal do Brasil** de 31/08/88 destaca: "No Rio Grande do Sul, por exemplo, depois de denunciar a existência de nepotismo no Tribunal de Justiça, o atual juiz da alçada João Andrade de Carvalho passou a responder uma sindicância interna, aberta pelo Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Gervásio Barcellos. Ao se defender por escrito, o juiz confirmou a denúncia, que havia sido feita em entrevista ao **Jornal do Brasil**, e apresentou "somente três testemunhas de defesa: os três filhos do Corregedor-Geral que estão empregados no Tribunal."

A prática de empregar parentes é de uso comum no poder judiciário brasileiro e chama a atenção o número de cargos de confiança para atribuições que, na verdade, são próprias de servidores concursados.

As frustrações populares com o judiciário estão, em geral, diretamente associadas a lentidão dos processos, a complexidade destes e ao distanciamento das práticas judiciárias da vida comum das pessoas, com decisões imcompreensíveis e longe das suas necessidades elementares. Isso só pode ser alterado com a transparência na gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais, que é uma imposição elementar de qualquer política de democratização do judiciário.

Controle do judiciário

Uma das magistraturas mais independentes do mundo é a italiana. Ferrenha adversária da Máfia e da corrupção política e econômica, nunca teve a sua independência abalada pelo fato de que o controle, a disciplina e o governo dos magistrados são exercidos por um Conselho Superior de Magistratura composto por trinta membros, vinte dos quais eleitos pelos próprios magistrados e dez outros nomeados pelo parlamento. A Cons-



tituição estabelece que a presidência cabe o Presidente da República enquanto que o Procurador-Geral da República e ao presidente da Corte de Cassação fazem parte do órgão como membros de direito. Este conselho tem o poder de nomear, promover, transferir, julgar falhas graves (mas não dolosas, que são de competência da justiça comum) e punir os magistrados. Já no Brasil os Conselhos de Magistratura são compostos exclusivamente por juizes escolhidos pelos tribunais entre seus próprios membros.

Uma proposta

Devemos, para concluir, apontar sucintamente algumas sugestões para nossa intervenção na revisão constitucional:

- manutenção do concurso público como critério de ingresso em Escola de Magistratura para posse em cargo de juiz somente dos aprovados;
- acompanhamento das comissões de concurso por uma comissão do parlamento (Congresso e Assembléias Legislativas nos estados), ficando assegurada a representação de todas as bancadas, sem prejuízo do atual acompanhamento da OAB;
- realização de referendo popular para cada juiz após um ano em cada comarca onde estiver lotado, sob pena de remoção na primeira rejeição e desligamento da função na segunda;
- definição de um mandato para os juizes, com o fim da vitaliciedade, devendo ser fixada, além da duração desse, um período mínimo em que o juiz deverá ficar em cada entrância (níveis da carreira para efeitos de promoção e que equivalem a cidades de pequeno, médio e grande porte). Por exemplo, doze anos, devendo ficar no mínimo três anos em cada entrância;
- nomeação dos ministros das Cortes Superiores exclusivamente pelo Congresso, sem vitaliciedade e também para um mandato, sendo que a escolha se dará após um profundo levantamento da capacitação, mérito e idoneidade dos candidatos que livremente forem indicados por associações, entidades diversas, parlamentares, etc, o mesmo se dando com o já mencionado quinto constitucional pelas Assembléias Legislativas;
- composição de no mínimo um terço dos Conselhos de Magistratura por cidadãos nomeados pelo parlamento (Congresso e Assembléias nos estados);
- possibilidade de qualquer cidadão representar contra um juiz por má conduta ou incapacitação perante o Conselho de Magistratura respectivo. Uma vez dada a oportunidade de defesa e feita uma apreciação da admissibilidade da acusação, que seja encaminhada ao parlamento para processamento por crime de responsabilidade e consequente perda do cargo com a comprovada precedência da acusação;
- possibilidade do parlamento pedir a remoção ou a aposentadoria de um juiz ao Conselho de Magistratura para decisão final desse. □

A eleição de juizes seria um grande problema nos grotões do Brasil: imagine um juiz da UDR julgando uma reintegração de posse no Pará?

O judiciário padece de todos os vícios do serviço público: morosidade, ineficiência, nepotismo e falta de transparência.

Paulo Torelly é advogado e coordenador da bancada do PT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

Orçamento e participação popular

WALDIR BOHN GASS

As várias vitórias eleitorais de 1988, ainda que resultassem em parte de uma série de fatores que não guardavam uma relação direta com uma organização popular efetivamente existente na sociedade, abriram possibilidades ímpares de avançar na prática e nas consciências um *novo modo de governar*.

Tanto o incentivo à participação popular como o esforço de democratização da máquina pública são questões centrais para avançar o processo de construção de uma nova direção política na sociedade, nos confrontando e diferenciando dos governos estaduais e federal, incidindo concretamente na desconstituição de uma cultura política e de relações de poder alienadoras e dominadoras e, com isso, ajudando a criar as condições para alterar a relação entre governantes e governados.

Esse esforço mostrou-se amplamente vitorioso em Porto Alegre com a reeleição da Frente Popular com significativa diferença sobre os demais candidatos. As pesquisas apontaram a *eficiência* (realizações como transporte coletivo, saneamento, pavimentação, educação e saúde) e a *inversão de prioridades* como os principais fatores desse sucesso, mas a participação popular constituiu as bases para isso. O processo de orçamento participativo foi o mais importante instrumento para viabilizá-la.

Avaliação e perspectivas

Sem dúvida, o Orçamento Participativo foi e está sendo rico espaço de construção de cidadania, num aprendizado mútuo - partidos, governo, lideranças e população -, muito importante. Ensinou-nos que "a democracia exige questionamento e constante aperfeiçoamento. O desafio desta complexidade foi rompendo com nossos discursos competentes, paradigmas inquestionáveis, soluções simplistas. Aprendemos na prática a trabalhar com a diversidade, os tensionamentos, as incertezas, com cenários constituídos por diferentes atores, com interesses diversos e muitas vezes antagônicos. Aprendemos a conceber a pluralidade e a diversidade como a mais rica expressão da democracia. Este aprendizado se expressa em nossas ações administrativas e políticas, ao mesmo tempo que no interior de nós mesmos fomos refazendo concepções e valores" (documento de *Avaliação da gestão da Frente Popular*).

O quadro ao lado demonstra o crescimento da participação das entidades e do número de pessoas nas plenárias regionais: Cabe observar que em 1989 e boa parte de 1990, a administração não teve recursos para investimentos. Outra observação é que o processo do orçamento participativo não se resume às plenárias que se realizam nas 16 regiões da cidade, em que são eleitos 2 representantes que integram o Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento e os delegados na proporção de 1 para cada 5 participantes, até 1991 e 1 para 10 participantes, em 1992, mas se dá com uma riqueza imensa de formas de mobilização que culminam nossas plenárias.

"Podemos considerar, apesar das ricas experiências e aprendizados, que apenas começamos... Compartilhar o poder significa que quem o detém deve abrir mão de parte dele.

Significa ter um projeto de cidade não estático, não imexível. Significa ter um projeto a ser disputado com a e na sociedade civil e ter disposição de que desta disputa surja um projeto novo.

"Com relação à participação popular, ainda nos falta uma estratégia mais eficiente para atingir e sensibilizar uma maioria da população que permanece não organizada e distante da gestão da cidade.

"Os nossos principais desafios são agora o prosseguimento e o aprofundamento dos processos instaurados e o desencadear de outros que recém foram iniciados, como o caso do Programa de Descentralização Administrativa e dos Conselhos Municipais em outras áreas, além da colocação em prática dos diversos mecanismos de democracia direta, como o plebiscito, o referendo popular e as audiências públicas. Também, a fim de superar a visão parcial, tão comum aos moradores quando reivindicam serviços do poder público, proporcionar estudos da realidade global de cada região da cidade... Assim, o poder público reunirá elementos para um diagnóstico e as comunidades têm a oportunidade de conhecer melhor as funções e a vocação de cada bairro e vila na cidade, se preparando para discutir com mais condições e com uma visão global o Orçamento do ano seguinte.

"Reafirmamos com destaque a importância da institucionalização do Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento, projeto de iniciativa popular que já recolheu mais de 10 mil assinaturas..." (idem).

Desafios que reclamam ousadia

1. Um dos maiores saltos que vamos ter que engendrar é fazer da participação popular uma eficaz alavanca de *auto-organização*, na perspectiva da construção de um *novo poder* que não se limite a intervir com eficiência na gestão municipal.

Não se trata apenas de abrir mão de um certo poder conferido pelas urnas, mas fazer dessa conquista (a vitória eleitoral) um espaço a mais de consolidação do crescimento cada vez mais orgânico do movimento social, que possa contribuir na alteração da correlação de forças hoje estabelecida e adversa à maioria da população, cuja solução não se dará no âmbito municipal.

2. Nesse sentido a participação do movimento sindical é importante, umas das lacunas do orçamento participativo. Em Porto Alegre, houve um esforço por constituir um Fórum Sindical na gestão passada, experiência que avançou muito pouco e que está recebendo uma atenção particular da atual gestão.

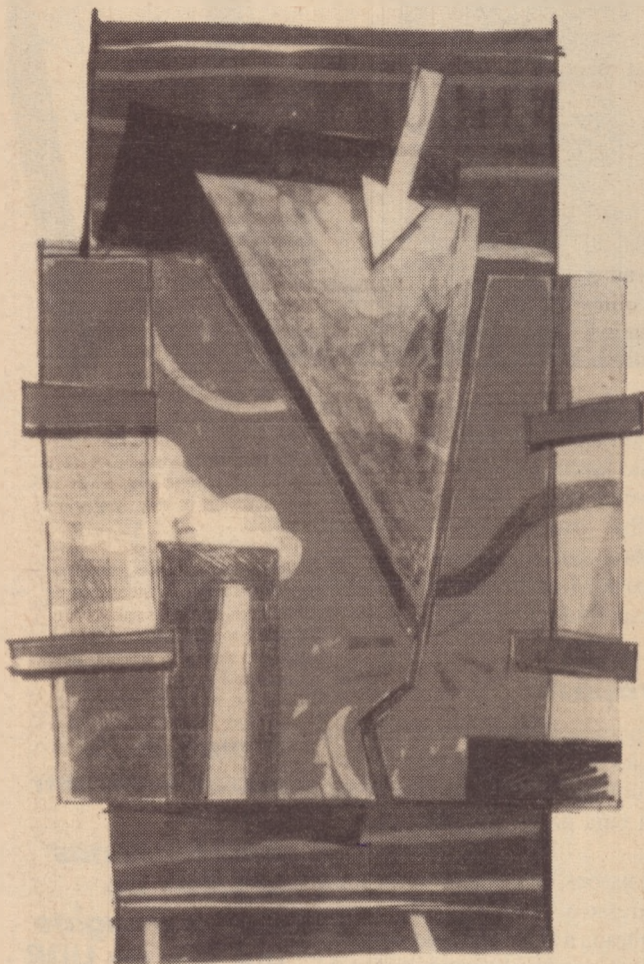
3. Temos que avançar formas de mobilização e organização da população que está fora das formas tradicionais de organização popular (sindicatos e associações), cuja importância cresce com a expansão do mercado informal, além de fortalecer as articulações que o orçamento participativo ensejou nas 16 regiões da cidade, os conselhos populares. A informação e a comunicação são instrumentos fundamentais para isso.

4. Temos igualmente que avançar na elaboração de políticas que armem os militantes que intervêm nas várias frentes de ação dos partidos da Frente Popular e vertebrem iniciativas articuladas com as transformações mais estruturais. Em Porto Alegre, o projeto Cidade Constituinte, ora em discussão, propõe uma ofensiva nesse sentido, o que requer dos partidos uma crescente capacitação dirigente para disputar uma nova hegemonia na sociedade.

5. É decisiva também a ruptura do funcionamento corporativo e burocratizado da máquina administrativa, superando a fragmentação e a morosidade no atendimento das demandas da população. A experiência da organização do Fórum das Assessorias Comunitárias como um espaço de elaboração e coordenação de políticas que armem o conjunto dos órgãos da administração e a escolha de coordenadores regionais do orçamento participativo para articular a intervenção nas diversas regiões foram iniciativas importantes até agora.

A administração se propôs uma consolidação e "reforma do orçamento participativo como uma das prioridades para 1992, aprofundando a sua modernização, participação e universalização." (Primeiras Diretrizes). □

Waldir Bohn Gass é assessor comunitário da Secretária de Governo de Porto Alegre



Participação		
Ano	Entidades	Participantes
1989	250	403
1990	467	509
1991	503	3086
1992	572	6168

Maceió na ótica dos trabalhadores

HELOISA HELENA

No dia 05 de outubro de 1992, a "Cidade Sorriso" amanheceu num misto de estarecimento, alegria e deboche. A população de Maceió dava uma nítida demonstração, nas urnas, do rompimento com o cabresto das tradicionais expressões da política local e da negação em ser teleguiada pelas enquetes da mídia. Votava numa candidatura - tremam os "modernos" - que expressava o discurso classista e a trajetória política radical de remar contra a maré do caminho fácil de ganhar eleição com "cordiais" alianças com setores "progressistas".

Caíam das prateleiras as análises políticas, feitas até às vésperas do primeiro turno, que consideravam suicida uma candidatura de esquerda (PT/PSB) em Alagoas. Caíam juntos também o clientelismo e o fisiologismo de Collor/Bulhões e a virtude camaleônica da velha oligarquia posando de oposição na candidatura do Senador Téo Vilela.

A vitória da "Frente Maceió Popular" (PT/PSB) deu-se de fato no primeiro turno. Não pelo impacto do impeachment ou pelo discurso da ética na política, temas bastante trabalhados pela "Frente de Oposição Popular" (PMDB, PSDB, PC do B, PPS) - derrotada no primeiro turno - mas principalmente pelo discurso contundente, sem a timidez de parecer radical ("ou dinossauro") e caracterizando uma disputa de cunho ideológico no processo eleitoral.

O segundo turno, que aconteceu descolado do calendário nacional por várias tentativas das elites locais, representadas nas duas outras candidaturas, em atrasar o processo democrático e criar mecanismos facilitadores das notórias artimanhas fraudulentas em Alagoas, teve um caráter praticamente plebiscitário. Tendo pouca influência o apoio formal da coligação derrotada no primeiro turno, visto que estava claramente caracterizada a polarização entre aqueles que sempre estiveram sob o manto de corrupção dos sucessivos governos e os outros (nós, é claro!) que sempre trilharam pelos caminhos mais difíceis de enfrentar a truculência enfadonha dos "mesmos" na história das Alagoas.

Chegamos enfim à prefeitura de Maceió, em fins de janeiro, sem um único dia de descanso, entre o primeiro e o segundo turno, posse, composição de governo, etc e tal (imaginem o nível de neurose coletiva).

O desafio da prefeitura

Sendo a primeira vez que uma candidatura de esquerda assume o poder municipal, como reflexo de vontade popular e, portanto, de muitas esperanças em construir uma nova história para Maceió, nos deparamos com muitos desafios, gigantescos desafios.

Ainda estamos fazendo um diagnóstico da prefeitura, com grandes dificuldades devido a mais completa desorganização administrativa, para estabelecermos com clareza um projeto de governo. Mas não há dúvidas que estamos diante de uma máquina administrativa endividada, ineficaz e privatizada. A marca em todos os órgãos é a inoperância, o tráfico de influências, a utilização privada da coisa pública, enfim, a mais desvairada corrupção.

É com esta pesada herança que teremos que responder a toda população da cidade, com a execução de obras e serviços públicos em quantidade e qualidade, e aos servidores do município com uma política de recursos humanos, principalmente política salarial digna, que supere as imensas distorções encontradas.

Dada a péssima situação financeira da prefeitura estará posto um grande conflito. Em função da nossa trajetória no movimento sindical há uma expectativa enorme dos servidores na superação da política salarial criminosa que lhes foi imposta há décadas. Como há também uma grande expectativa, na superação de grandes desigualdades sociais e na garantia de educação, saúde, moradia, transporte, etc.

Conflito este que esperamos minimizar com a negociação transparente com o movimento sindical, em um sistema permanente de negociação coletiva, e a população em geral através da implantação de instâncias democráticas de decisão.

Outro desafio refere-se à necessidade de resgatar continuamente a convivência de confiança e crítica fraterna com os partidos que compõem o governo. Alguns acontecimentos nos últimos dias de campanha, na composição do secretariado e nas primeiras medidas da administração, devido ao caráter autoritário, fragilizaram a relação PT/PSB. A necessidade da discussão democrática sobre as medidas a serem tomadas na administração, superando a concentração de poderes nas mãos do prefeito, é de vital importância especialmente para o PT.

Não temos dúvida, e a imprensa local já demonstra tal intenção, que os êxitos desta administração serão centrados na figura do prefeito e os desarcertos vinculados ao Partido dos Trabalhadores. Seríamos ingênuos em pensar que poderia ser diferente. A campanha anti-petista apresenta-se com ferocidade pelas elites que controlam os meios de comunicação. Precisamos garantir o funcionamento, de fato, da discussão política que viabilize uma intervenção mais eficaz do PT, não apenas nas secretarias que assumimos mas na definição política global da prefeitura.

Participação popular

Outro desafio relaciona-se a um elemento muito discutido - e assumido enquanto compromisso político durante a campanha eleitoral - que é tão repetida, em todas as eleições e por todos os candidatos, participação popular.

Evitando que o tema pareça mais um truque peculiar ao discurso político nos períodos eleitorais, torna-se de fundamental importância superar a retórica e enfrentar a realidade. O movimento popular em Maceió é incipiente, como também a nossa participação enquanto militância petista. O papel deste movimento sempre foi o de instrumento de grosseira manipulação eleitoral por alguns vereadores.

Não podemos perder a chance histórica de, perante os resultados obtidos nesta eleição, principalmente nas periferias, consolidar uma relação, não apenas de abrir espaços oficiais para a participação da população, mas também utilizar-se do mandato ao nível do executivo municipal para fazer avançar a luta dos trabalhadores. Além de ser uma aliança fundamental para descolarmos da Câmara de Vereadores, de composição majoritária conservadora e imoral, o grande poder definidor da vida administrativa da prefeitura, consolidada em todas as gestões anteriores através de pactos de corrupção.

Outro grande desafio refere-se à construção do nosso partido. Ganhamos uma eleição e deslocamos muitos de nossos poucos militantes para a administração. Se já tínhamos pouca capacidade de trabalho político, por vários motivos não necessários relatar, diante do novo quadro a situação tornou-se mais grave. Urge a necessidade de revigorar a organização do partido, no sentido de garantir eixos de orientação política para a administração municipal e fortalecer nossa inserção nos movimentos sociais sem o medo de caracterizar-se um partido de luta dentro e fora do governo.

Sabemos que superar estes desafios vai ser muito difícil, nunca foi fácil nadar contra a corrente da corrupção, da desigualdade social, mas esta sempre foi a nossa modalidade de nado. E isto nos garante não o sentimento imediatista de mudanças mas a obstinação por elas. Até por que estamos num partido que tem a obrigação de refletir a resistência dos perseguidos, a perseverança dos humilhados e a esperança dos que fazem opção pelo socialismo (e que estribuem os "moderninhos"). □

Heloisa Helena é Vice-prefeita de Maceió e membro do Diretório Municipal do PT



Heloisa Helena, vice-prefeita de Maceió

Assumimos com muitas esperanças em contruir uma nova história para Maceió.

André Fon

Sexualidade e construção de gênero

NALU FARIA

A imposição da norma heterossexual é uma peça chave da opressão das mulheres.

É necessário entender a diferença entre gênero, identidade sexual e opção sexual.

A sexualidade é um tema "tabu", um assunto estigmatizado quando foge a norma heterossexual dominante na sociedade. No entanto, a imposição desta norma tem um alcance muito amplo, sendo decisiva para o estabelecimento do sistema de gêneros e a opressão das mulheres. Qualquer perspectiva que se coloque na luta contra esta opressão tem que questionar a imposição dos padrões sexuais hoje vigentes.

O processo de socialização dos indivíduos se dá fundamentalmente na infância, a partir do que socialmente está estabelecido como papel de homem e mulher. Nele as crianças apreendem o "mundo" e constroem sua identidade sexual e de gênero. Ser macho ou fêmea é um dado biológico. Mas ser homem ou mulher implica em ser masculino ou feminino. Os gêneros aparecem como opostos e complementares, porém hierárquicos, o homem dominador, a mulher dominada. Ser mulher e, portanto, feminina significa ser dona-de-casa, passiva, maternal, afetiva, detalhista; ser homem é ser forte, profissional, agressivo, racional, objetivo. Isso está tão enraizado na cultura e introjetado por cada um(a) que aparece como parte da "natureza humana".

Parece natural que meninos e meninas desde muito cedo apresentem diferenças masculinas e femininas. Em uma pesquisa realizada nos EUA, trocaram-se as roupas dos bebês recém-nascidos - vestiu-se meninos de rosa e meninas de azul - e observaram-se as reações das visitas. Ao chegarem perto dos meninos de rosa (que acreditavam ser meninas) diziam: como é meiga, que tranquila; e nas meninas de azul: como é forte e já se movimenta, é esperto. Por esse exemplo é possível imaginar uma série de outros. Percebe-se aí que a identidade das crianças é construída a partir de como são tratadas e inclusive percebidas.

Esse processo de socialização e construção da identidade de gênero é, portanto, estruturado a partir de questões bastante concretas como a educação, a forma de vestir, brincadeiras, estórias, símbolos, mas também por aspectos menos visíveis, por atitudes, pelo jeito de falar, pela aproximação com o corpo, etc.

A definição de papéis sociais distintos para homens e mulheres é sustentado por uma rígida divisão sexual do trabalho. Com a luta das mulheres, ampliou-se o universo de atividades para as mulheres, que hoje participam mais e de forma mais diversificada do mundo público, embora com muitas desigualdades e limitações. Mas permanece quase intocável o mundo privado, o trabalho doméstico e a maternidade - isso é considerado coisa de mulher e corresponde a existência de uma profunda desigualdade entre mulheres e homens. Quando crianças, por volta dos quatro anos, as meninas já tem menos expectativas de êxito do que os meninos.

Se queremos, portanto, lutar contra a desigualdade de gênero é necessário "desnaturalizar" esse processo e mostrar como somos fruto de uma construção social, que pode ser alterada.

A imposição da heterossexualidade

É na imposição da heterossexualidade como a forma correta de viver a sexualidade, que encontramos uma peça chave desse processo de socialização de mulheres como gênero feminino e homens como gênero masculino. Isso é obtido através da imbricação em um único processo da construção de identidade de gênero e da construção da identidade sexual. A imposição da heterossexualidade é justamente um dos mecanismos mais eficazes para que se dê a incorporação dos modelos femininos e masculinos e, portanto, a assimilação dos papéis sociais já estabelecidos.

Assim como os gêneros, a sexualidade aparece como parte da "natureza humana", vinculada a reprodução e considerando a homossexualidade, o lesbianismo e a bissexualidade como desvios. A ciência, expressando os condicionamentos históricos e sociais, tem inclusive tentado provar que essas quebras do modelo dominante e "naturalizado", estas outras op-

ções, ocorrem por algum problema biológico.

As crianças desde muito cedo são levadas a incorporar os símbolos da heterossexualidade e estes aparecem vinculados ao casamento e à família. No entanto, é visível que as crianças vivenciam sua sexualidade a partir do interesse de explorar seu corpo e do outro(a) e, claro, desfrutando das sensações de prazer que encontram. Desde cedo aparecem os mecanismos de repressão visíveis ou sutis, vinculando a sexualidade ao namoro e, "quando crescer" ao casamento. As estórias dos contos de fadas com seus príncipes corajosos, suas princesas lindas e meigas, envolvidos por um fulminante amor eterno, em que se casam e vivem felizes para sempre, contém talvez o simbolismo mais forte. E assim as brincadeiras espontâneas de descoberta do corpo e do prazer vão sendo substituídas pelas idéias de namoro e até a vergonha de estar nu.

Ainda nas gerações atuais percebe-se nitidamente que a sexualidade feminina é construída de acordo com seu papel subordinado na sociedade. As regras para a sexualidade feminina são quase as mesmas, mantendo-se o binômio de virtuosas e profanas, caracterizado preconceituosamente como as santas e as putas, sendo a fronteira entre essas duas expressões bastante tênue, vinculada na verdade ao fato de como se manifestam as mulheres: se expressam seus desejos ou aceitam os padrões sociais impostos de mulheres "honestas".

A existência de uma norma tem o objetivo de classificar as pessoas, já que nunca abarcará todos. Mas quem está fora do que é considerado "normal" sofre um desvio e é estigmatizado.

Educação acrítica

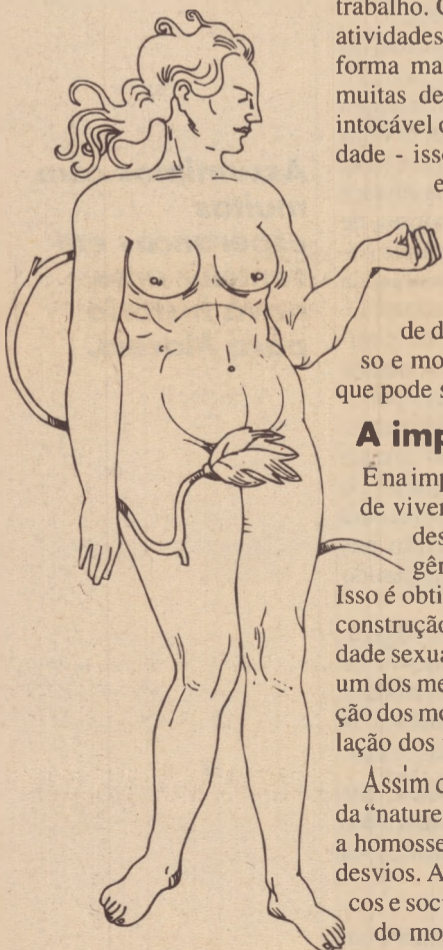
Encontramos hoje, na educação, duas posições: uma claramente propõe-se a impor a norma; outra, que se pretende crítica a imposição dos papéis sexuais e das desigualdades de gênero, mas que também tem uma visão acrítica em relação ao papel da imposição da heterossexualidade para a construção dos gêneros (e na verdade considerando-a como o mais correto).

Dessa forma, a pedagogia crítica não consegue apreender plenamente a diversidade da realidade vivida pelas crianças: pais que se separam, casam-se outra vez, mudam sua opção sexual. No cotidiano das escolas, elas são obrigadas a trabalhar pelo menos a separação dos pais e outras formas de família, pois são um dado da realidade trazida pela criança. Mas os instrumentos educativos não se modificaram, como por exemplo as estórias trabalhadas, que continuam apresentando a família tradicional e não a diversidade da realidade, isso só para citar um exemplo. É comum nos debates sobre educação infantil, dizerem que não se pode confundir a cabeça das crianças e portanto não se deve dizer coisas que elas não perguntaram. Será que elas terão condições de perguntar sobre a homossexualidade e o lesbianismo, se tudo que ela viu e ouviu se refere a norma heterossexual e se além disso as relações gays e lesbianas permanecem invisíveis e clandestinas pela marginalização?

É claro que para se impor de forma tão rígida os gêneros e a heterossexualidade, não se pode trabalhar com a diversidade da realidade, mas com binômios antagônicos e estruturas bem definidas: isso é de homem, aquilo é de mulher, mulher usa rosa, homem usa azul.

Entender a diferença

É necessário entender a diferença entre gênero, identidade sexual e opção sexual. Identidade sexual é um juízo - sou homem, sou mulher - baseado nas características biológicas-genitais e figura corporal. Opção sexual tem a ver com a orientação do desejo sexual: hetero, homo ou bissexual. E identidade de gênero tem a ver com a incorporação dos modelos femininos e masculinos, é um juízo de autotransformação como homem ou como mulher baseado naqueles aspectos que ao longo da história foram conformando culturalmente ao homem e à mulher. Quando se tenta misturar esses aspectos, faz-se com que a vivência da sexualidade seja totalmente determinada pela vivência da identidade de gênero. E sabemos que a realidade não é assim. Uma mulher pode ter uma aparência masculina e ser profundamente heterossexual, outras de aparência feminina e lésbica, serem passivas nas



relações interpessoais e ativas na vida sexual. O mesmo exercício pode ser feito para os homens como, por exemplo, ser bastante masculino e homossexual, etc.

Além disso, o gênero não é totalmente uniformizante: ninguém é 100% masculino ou feminina, mesmo que isso seja considerado anormal. Se uma mulher é, por exemplo, racional e objetiva isso é visto como uma característica masculina.

Superar as normas

Os setores do movimento feminista que entendem os gêneros como um processo de construção social, têm denunciado o papel da socialização desigual das crianças. A luta por uma educação não sexista aparece aí como bandeira central.

Porém, a política do movimento em relação a sexualidade, até princípios dos anos 80, movia-se dentro dos limites da heterossexualidade. Criticava a hegemonia masculina nas relações sexuais e defendia o direito das mulheres ao prazer sexual. Foi só a partir do trabalho dos coletivos lésbicos, que se começou a questionar a idéia que o normal são as relações heterossexuais e denunciar este fato como uma imposição. Ao mesmo tempo discute-se que nascemos apenas seres sexuais, seres cujo desejo pode se orientar indistintamente para pessoas de um mesmo sexo ou de outro.

Não é possível tratar aqui da complexidade da sexualidade, mas é importante ressaltar que não pode ser simplificada a partir da premissa de que é uma construção histórica. Analisar a sexualidade envolve a articulação da cultura de cada povo, seus símbolos, conexão entre indivíduo e coletivo, corpo e cultura, o momento histórico em que isso se dá e entra no terreno das relações individuais, etc. Isso dificulta generalizações, pois a experiência é mediada unicamente por como cada pessoa a vivencia.

Para nós que defendemos uma transformação radical da sociedade, fica a necessidade de revermos nossas práticas, na medida que o compromisso com a luta contra a desigualdade de gênero, requer empenhar-se pela construção de um outro processo de socialização das crianças. Um processo onde se busque construir homens e mulheres para desenvolverem plenamente suas potencialidades e participarem em igualdade de condições em todos âmbitos da vida. Sabemos que não construiremos uma sociedade igualitária se não existir igualdade de direitos entre mulheres e homens. E o direito a opção sexual, como vimos implica que incorporemos a luta contra a imposição da heterossexualidade e o reconhecimento da diversidade das práticas sexuais. □



Genes e negócios

Jacques Testart é um médico francês que esteve associado ao nascimento do primeiro bebê de proveta no seu país. O semanário **Rouge** entrevistou-o sobre as práticas médicas no terreno da genética. Reproduzimos as passagens principais desta entrevista.

Que problemas são hoje colocados pela fecundação in vitro?

A fecundação in vitro é uma técnica útil para as pessoas que têm uma verdadeira necessidade, que desejem ter um filho ou filha e não o conseguem. O primeiro problema é que cada vez menos as pessoas tratadas são aquelas a que isso se sucede. Quando os casais insistem, encontra-se uma razão, uma explicação mais ou menos satisfatória para a infecundidade, mas por vezes não há nenhuma razão e apesar de tudo faz-se a fecundação in vitro... Há cerca de 30 mil casos por ano na França, que resultam em 4.500 nascimentos por esse método (de um total de 700 mil).

O segundo problema é que isso tem provocado uma espécie de produtivismo do ovário, que aumenta a eficácia do tratamento. Uma mulher "põe" mensalmente um óvulo. Ora, com tratamentos hormonais, pode-se chegar a "por" até 60, fecundados em laboratórios. Nem todos os embriões obtidos podem ser colocados no útero. Mas acontece que uma gravidez em cada quatro é múltipla, porque demasiados embriões são depositados no útero. Há gêmeos, trigêmeos e por vezes mais. Isso é grave para as mulheres, que não estão constituídas para isso, e para os bebês, que nascem prematuros, mais leves e portanto mais frágeis. Isso

não pode ser considerado um êxito.

Até há pouco, com a procriação medicamente assistida, tratava-se somente de biologia médica. O encontro da fecundação in vitro com a genética, capaz de fazer diagnósticos em adultos, em crianças e agora em embriões, vai mudar as coisas. Vai-se poder distinguir quais são os embriões normais e outras características, por exemplo o sexo. E, como manda o produtivismo, já que há tantos embriões, vai-se promover sua concorrência, como se faz as pessoas no mercado de trabalho liberal. Os melhores, a elite, os que tenham um bom genoma, são colocados no útero... Isso aponta para a efetivação de técnicas, a caça às patentes, sabendo que a indústria e as instituições estatais estão atrás, avaliam os projetos e financiam os que pareçam competitivos.

O que se ganha, exatamente, registrando patentes sobre os genes?

Há atualmente um debate entre os EUA e o resto do mundo. Os geneticistas americanos, muito organizados, querem patentear as sequências genéticas humanas que conseguiram isolar. Estão a analisar, neste momento, o que há numa célula humana, o que se chama um genoma, e querem patentear as sequências, antes mesmo de saberem para que servem. Analisam as estruturas de DNA, descrevem pequenos fragmentos e patenteiam-nos, sem saber sequer se têm alguma relação com alguma doença. Patenteia-se a priori, convertendo-se em proprietários de tudo o que possa ter a ver com a vida da humanidade. Todas as componentes da vida acabarão por ser patenteadas.

Desencadeou-se uma grande indignação por

tudo o mundo, uma recusa desta prática. Isto está certo, mas o argumento utilizado foi o seguinte: não sabemos para que podem servir estas sequências... No dia em que alguém chegue e diga: patentei esta sequência do ADN que corresponde a tal doença genética, a coisa será diferente; e duvido que então haja realmente oposição a que se registre essa patente.

Você propõe a proibição, em escala mundial, do diagnóstico genético depois dos embriões humanos implantados e denuncia o eugenismo como um racismo inconfessado.

Sim. Se se pergunta às pessoas se querem ter um filho grande ou pequeno, de olhos azuis, etc, em geral conformar-se-ão com um tipo corrente. Ao contrário de tudo o que imaginam, não são livres na sua seleção: sofrem uma pressão social. Se as pessoas decidem escolher os filhos, como se fosse um referendo, chegar-se-ia a um sistema totalitário que rejeitaria a diferença... Assistimos na ex-Iugoslávia a uma depuração étnica. Aí caracteriza-se as pessoas segundo uma religião, uma cultura. Nos projetos que os geneticistas americanos possam ter, com possibilidades em todo o caso abertas pela técnica, a exigência de pureza levaria a não procriar indivíduos anormais. Mas todos somos "anormais". Tendo em conta que não há nenhuma norma objetiva, recusar indivíduos "anormais" equivale a destruir a espécie. Ou, dito de outra forma, equivale a identificar todas as pessoas segundo um mesmo modelo. Por um lado é triste, por outro é um atentado às liberdades das pessoas que são diferentes.

CENTRAL UNICA DOS TRABALHADORES
R SAO BENTO, 405 7º AND
CENTRO SAO PAULO
SP 01011-100

PORTE PAGO

DR/SP ISR 40-2063/85
DR/RS ISR 49-083/88

IMPRESSO

Ainda há tempo...

RAUL PONT

Se ainda existem dúvidas, o início da propaganda sobre o plebiscito de 21 de abril, durante o carnaval, é um alerta para a farsa que se avizinha.

A guerra entre o bem e o mal patrocinada na televisão não é tão simples assim pois os grandes partidos, inclusive o PT, estão divididos internamente e "mocinhos" e "bandidos" acotovelam-se nos mesmos palanques.

Nos partidos capitalistas, o risco dessas divisões internas não constitui em problema, pois são forças políticas que vivem da ambiguidade, da ausência de comportamento político homogêneo e isso materializa uma das suas formas de dominação ideológica sobre a população.

Nos momentos eleitorais são todos "populares", "progressistas", e generosamente defendem os "interesses nacionais" acima de seus próprios objetivos. Estão sempre com um pé em cada palanque resguardando os seus interesses de classe.

No campo socialista, a confusão é mais problemática.

Talvez com mais coerência e profundidade, a esquerda também embarcou no debate presidencialismo versus parlamentarismo sob a hegemonia e o compasso que querem os liberais e conservadores. Isto é, o debate limitado nos conceitos e generalidades que é o que se quer votar em abril. Sabemos que a continuidade das propostas terá resultado completamente oposto do prometido à população, pois aí o Congresso substituirá o plebiscito.

Na polêmica no campo socialista, os argumentos são sólidos e pertinentes tanto para parlamentaristas ou presidencialistas. Não cabe nem repetí-los, afinal, já sabemos que o Congresso é e continuará sendo conservador e o presidencialismo tem sido responsável pela fragilização partidária.

O eixo das reformas políticas

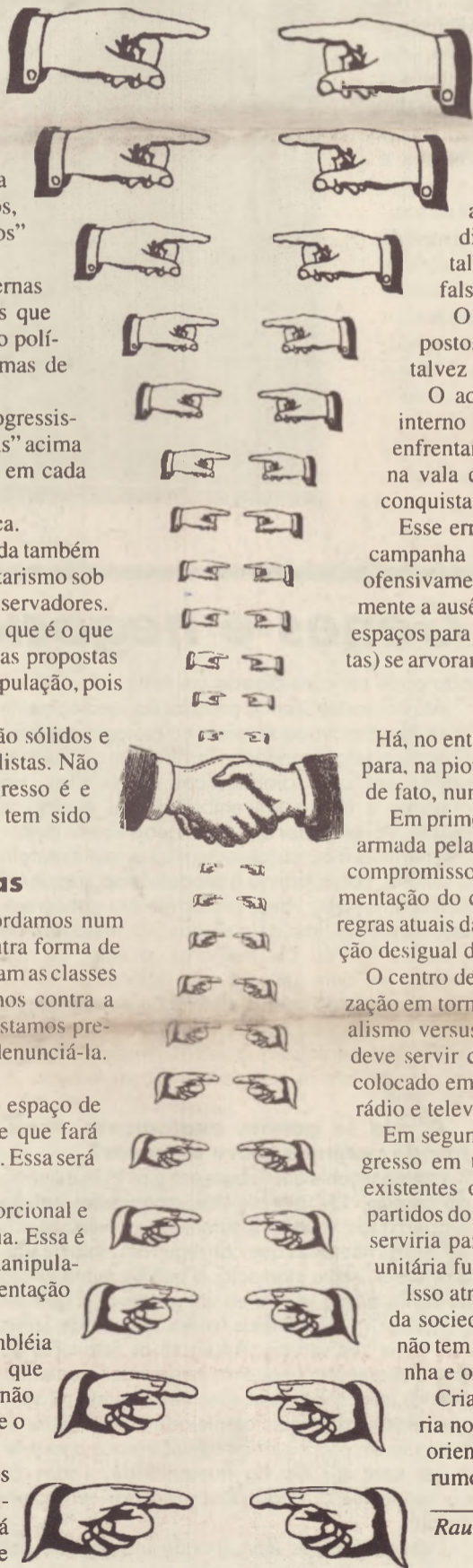
O que importa, no entanto, é que todos nós concordamos num ponto: sem reformas políticas importantes, uma ou outra forma de governo continuarão pouco democráticas e não interessam as classes populares. Ora, se temos aí unidade, porque não irmos contra a corrente do conservadorismo e do senso comum. Se estamos prevenido a farsa, não compactuemos com ela. Vamos denunciá-la. Vamos enfrentá-la.

Ainda há tempo de reverter esse quadro e utilizar o espaço de rádio e TV para aquilo que efetivamente queremos e que fará avançar a consciência política das classes trabalhadoras. Essa será a maior vitória do plebiscito para o campo popular.

As reformas que urgem são a garantia do voto proporcional e o livre direito de organização e representação partidária. Essa é a luta secular dos socialistas contra o liberalismo da manipulação dos distritos eleitorais e dos obstáculos na representação parlamentar aos pequenos partidos.

O que queremos é o Unicameralismo, onde a Assembléia Popular represente ao menos a igualdade política de que cada cidadão tem direito a um voto, mesmo que isso não extinga por si só a desigualdade econômica e social que o capitalismo reproduz.

A atual desproporcionalidade na representação dos Estados nos autoriza a combater como ilegítimo e anti-democrático o atual Congresso, cujo Senado não poderá ultrapassar as funções federativas, de fiscalização e



controle de contas dos Estados e da União ou, simplesmente, ser extinto.

Sem partidos que controlam os mandatos e garantam as vontades coletivas sobre o individual, sem o controle democrático da mídia também não haverá democracia.

Estas são as reformas necessárias e sobre elas há acordo e unidade no campo popular. Aí é que nos distinguimos dos conservadores, dos liberais, dos capitalistas. Essa deve ser a polarização do plebiscito e não a falsa polarização que tentam nos impor.

O não cumprimento do calendário, originalmente proposto, dentro do PT tem nos trazido problemas crescentes e talvez danos irreversíveis na prática partidária.

O adiamento por várias vezes da finalização do debate interno serviu exclusivamente para fragilizar o partido no enfrentamento externo junto a população. Estamos paralisados na vala comum da divisão e do imobilismo para podermos conquistar a opinião pública numa ou noutra direção.

Esse erro lamentável é grave, pois é a primeira vez, desde a campanha pelas diretas-já, que não nos apresentamos unitária e ofensivamente frente a uma disputa nacional de peso. E é justamente a ausência do PT, como pólo dentro desta disputa, que abre espaços para setores liberais e até retrógrados (como os monarquistas) se arvorarem em herdeiros das lutas populares pela democracia.

Medidas imediatas

Há, no entanto, chance de reverter esse quadro. Ainda há tempo para, na pior das hipóteses, evitar que o PT se apresente dividido, de fato, numa luta tão relevante.

Em primeiro lugar, é romper com a armadilha do senso comum armada pela Frente Ulisses Guimarães que não assume nenhum compromisso prévio ao plebiscito e entrega ao Congresso a regulamentação do conceito pelo silêncio dos presidencialistas frente as regras atuais da institucionalidade, do bicameralismo, da representação desigual dos Estados.

O centro de nossa intervenção deve ser a propaganda e a mobilização em torno desta questão secundarizando a questão presidencialismo versus parlamentarismo. O resultado do plebiscito interno deve servir como orientação unificadora do voto partidário mas colocado em segundo plano em relação as reformas no espaço de rádio e televisão.

Em segundo lugar, unificar uma ação supra-partidária no Congresso em torno dessas reformas tendo como base projetos já existentes ou que sejam elaborados conjuntamente por outros partidos do campo socialista e democrático popular. Essa unidade serviria para o atual momento mas já apontaria para uma ação unitária futura, na revisão constitucional.

Isso atrairia para uma ação conjunta conosco amplos setores da sociedade civil que desconfiem do plebiscito de abril mas não tem conseguido unificar esforços em torno de uma campanha e objetivos comuns em torno das reformas políticas.

Criaria, também, uma revitalização partidária e recupera nossa tradição de partido coeso, unitário, capaz de criar orientações claras e firmes, que tenha incidência e alterem rumos na vida política nacional. □

Raul Pont é Vice-Prefeito de Porto Alegre e Membro do Diretório Nacional do PT